



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO**



**MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA
PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA**

ADAILTON DE SOUZA ADAN

**A ANÁLISE CRIMINAL E A
CRIMINOLOGIA AMBIENTAL NO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA
NA BAHIA:
ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE
SIMÕES FILHO**

Salvador, BA
2013

ADAILTON DE SOUZA ADAN

**A ANÁLISE CRIMINAL E A CRIMINOLOGIA AMBIENTAL NO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
SEGURANÇA NA BAHIA:
ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SIMÕES FILHO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, como requisito final para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública, sob a orientação do Prof. Dr. João Apolinário da Silva.

Salvador, BA
2013

ADAILTON DE SOUZA ADAN

**A ANÁLISE CRIMINAL E A CRIMINOLOGIA AMBIENTAL NO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DE SEGURANÇA NA BAHIA:
ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SIMÕES FILHO**

Área de Concentração: Segurança Pública
Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão de Segurança Pública

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Apolinário da Silva - Presidente/Orientador
Universidade Federal da Bahia

XX
Universidade Federal da Bahia

XX
Universidade Federal da Bahia

Salvador-BA, 18, setembro de 2013

Ao meu amado e inesquecível filho,
Fernando Wydeman Nogueira Adan - *in*
memorian.

AGRADECIMENTOS

Ao Grandioso Deus, pelo sopro da vida.

A minha doce e amada esposa Rosemeire, pelo carinho e pela grande “FORÇA” nos mais difíceis momentos de minha vida.

Aos meus queridos colegas de curso.

Aos mestres, instrutores e professoras do Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, que muito contribuíram para minha formação e consolidação deste trabalho.

Ao Prof. Dr. João Apolinário da Silva, orientador, por sua presença constante, guiando, corrigindo, esclarecendo, discutindo e de toda forma contribuindo para a confecção e aprimoramento do projeto que originou este trabalho.

A todos os demais que contribuíram de alguma forma na elaboração deste trabalho, sobretudo aos meus queridos membros familiares.

“A Sociologia Criminal, estudando as causas que levam o homem ao crime, não desconsidera que a própria forma de organização da sociedade, com suas falhas e defeitos surgidos ao sabor da crescente complexidade de suas exigências, pode revestir-se de condição para que a criminalidade aconteça”.

Fernandes e Fernandes (2002, p. 377)

RESUMO

A segurança pública vem sendo discutida em diversas esferas da sociedade brasileira, e, nessas discussões, a Bahia e, em contexto, o município de Simões Filho, tem se destacado por conta dos elevados índices da violência urbana e rural. Há vários anos a criminalidade vem evoluindo nestes locais tornando necessário que suas peculiaridades sejam entendidas mediante o uso das tecnologias disponíveis para que se possa, daí, apresentar planos para a otimização da investigação policial dos crimes ali praticados. Acreditando-se que o emprego da inteligência, de tecnologias, do investimento em capacitação de pessoal e da utilização do Geoprocessamento Criminal, podem ajudar a entender os fenômenos que contribuem para a violência e criminalidade, objetivou-se com este trabalho avaliar de que forma o meio ambiente influencia na criminalidade em Simões Filho-BA. Assim, adotou-se o método hipotético dedutivo, buscando-se alcançar os objetivos deste trabalho por meio de uma pesquisa qualitativa, exploratória, transversal e descritiva, baseada na revisão bibliográfica, desenvolvendo-se um estudo de caso. A pesquisa permitiu concluir que a geografia, a arquitetura, a distribuição espacial dos habitantes, dentre outros fatores aqui mencionados, contribuem para que o crime ocorra com frequência na cidade estudada, onde, além dos inúmeros crimes que vitimizam moradores locais, muitas pessoas de outros locais ou são ali executadas, ou tem seus corpos trazidos ali para serem desovados.

Palavras-chave: Meio ambiente. Influência. Criminalidade. Simões Filho. Bahia.

ABSTRACT

Public safety has been discussed in various spheres of Brazilian society, and, in these discussions, Bahia, and in its context, the municipality of Simões Filho has been highlighted due to the high levels of urban and rural violence. Several years ago the crime is evolving in these places making it necessary that its peculiarities are understood by the use of available technologies so that we can, hence, present plans for the optimization of the police investigation of the crimes committed there. It is believed that the use of intelligence, technology, investment in staff training and the use of GIS Criminal, may help to understand the phenomena that contribute to violence and crime, aimed this work was to assess how the environmental influences on crime in Simões Filho, Bahia. Thus, we adopted the hypothetical deductive method, seeking to achieve the objectives of this work through a qualitative, exploratory, descriptive and cross-sectional, based on literature review, developing a case study. The research concluded that the geography, the architecture, the spatial distribution of the population, among other factors mentioned here, contribute to that crime happens frequently studied in the city, where, besides the numerous crimes that victimize locals, many people from other local are, or are there executed, or have their bodies brought there to be dumped.

Keywords: Environment. Influence. Crime. Simões Filho. Bahia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	Bahia, sigla das rodovias estaduais baianas
BR	Brasil, sigla das rodovias federais brasileiras
CALEA	<i>Commission for the Accreditation of Law Enforcement Agencies</i>
CEDEP	Centro de Documentação e Estatística Policial
CIA	Centro Industrial de Aratu
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
COMSTAT	<i>Computer Statistics</i>
CRISP	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
EUA	Estados Unidos da América
GIS	<i>Geography Information Systems</i>
IACP	<i>International Association of Chiefs of Police</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAM	<i>Information Collection for Automated Mapping</i>
ILANUD	Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISER	Instituto de Estudos da Religião
ONU	Organização das Nações Unidas
PCBA	Polícia Civil da Bahia
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SGE	Sistema de Geografia e Estatísticas
SISAP	Serviço de Atendimento Policial
SSP	Secretaria de Segurança Pública
TCA	Teoria da Criminologia Ambiental
UCRS	<i>Uniform Crime Report System</i>
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	Modelo de Mapa Estatístico	31
Figura 2	Modelo de Mapa Estatístico com símbolos graduados	32
Figura 3	Modelo de Mapa Estatístico com símbolos sólidos	32
Figura 4	Modelo de Mapa com símbolos pontuais	33
Figura 5	Modelo de Mapa Coroplet	33
Figura 6	Modelo de Mapa Isolinhas	34
Figura 7	Modelo de Mapa Linear	35
Figura 8	Mapeamento do crime por meio de pinos coloridos	36
Figura 9	Mapeamento do crime por meio de símbolos (GIS)	37
Figura 10	Transmissão de dados entre os segmentos do GPS	37
Figura 11	Utilização do GPS em viaturas da PMESP	38
Figura 12	Mapa de riscos relativos de roubos residenciais em Londres, Ontário, com zonas e setores concêntricas sobrepostas (C = área central; NW = Noroeste; NE = Nordeste, SE = Sudeste; SW = sudoeste)	41
Figura 13	Mapa da Violência do Brasil, conforme pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública	53
Figura 14	Gráfico de homicídios por cidade da RMS, jan./jul, 2011	58
Figura 15	Localização do município de Simões Filho	60
Figura 16	Acesso ao município de Simões Filho pela estrada CIA/Aeroporto	61
Figura 17	Divisão Político-administrativa da RMS	62
Figura 18	Arquitetura da cidade de Simões Filho	63
Figura 19	Imagem de satélite do município de Simões Filho-BA	64
Figura 20	Vista panorâmica do município de Simões Filho-BA	65
Figura 21	Estrada mal iluminada na zona industrial do CIA	66
Figura 22	Bairro na periferia de Simões Filho, imediações da BA 093	67
Figura 23	Santo Antonio do Rio das Pedras, estrada de barro atrás da área da Embasa	68
Figura 24	Via Ipitanga, CIA	68

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1	Evolução do número de homicídios. Brasil, 1997/2007	50
Gráfico 2	Ocorrências policiais em Salvador-BA, jan - dez/2012.....	56
Gráfico 3	Ocorrências policiais na RMS, jan - dez/2012.....	57
Gráfico 4	Ocorrências policiais na RMS, jan - dez/2012.....	58
Tabela 1	Estados mais violentos do país de acordo com o ranking de alguns crimes por 100 000 habitantes ao longo de um ano	47
Tabela 2	Número de homicídios na população total por UF e região. Brasil, 1997-2007	51
Tabela 3	Números da violência no Nordeste	52
Tabela 4	Ocorrências policiais em Salvador-BA, jan - dez/2012	55
Tabela 5	Ocorrências policiais na RMS, jan - dez/2012.....	56
Tabela 6	Ocorrências policiais na RMS, jan - dez/2012.	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	17
3 REFERENCIAL TEÓRICO	18
3.1 A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE CRIMINAL E DA CRIMINOLOGIA AMBIENTAL NO PROCESSO DE MAPEAMENTO CRIMINAL	18
3.1.1 Evolução e conceito da análise criminal	20
3.1.2 A prática da análise criminal no Brasil	25
3.1.3 A criminologia ambiental	27
3.2 A RELAÇÃO ENTRE A ANÁLISE CRIMINAL, A CRIMINOLOGIA AMBIENTAL E O GEOPROCESSAMENTO	28
3.2.1 O geoprocessamento na análise criminal	30
3.2.2 O geoprocessamento na criminologia ambiental	38
3.3 A RELAÇÃO ENTRE O MEIO AMBIENTE E O PADRÃO ESPACIAL DO CRIME	41
3.3.1 Dados estatísticos de segurança no Brasil e na Bahia	44
3.3.1.1 A criminalidade no Brasil	45
3.3.1.2 A criminalidade na Bahia	54
4 O MEIO AMBIENTE E A CRIMINALIDADE NA CIDADE DE SIMÕES FILHO-BA	60
4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO	60
4.2 ASPECTOS AMBIENTAIS DE SIMÕES FILHO LIGADOS À SEGURANÇA PÚBLICA.....	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública está sendo objeto de debates em todas as esferas da sociedade brasileira, quer seja em mídia (falada, escrita, televisada), quer seja em instituições governamentais ou não. Nesse cenário, a Bahia tem se destacado por conta dos elevados índices da violência urbana e rural, fato que provoca uma crescente preocupação em todos os setores sociais, além da efusiva discussão sobre o assunto, levada a efeito por especialistas em diversas áreas do conhecimento.

As instituições de segurança pública estão sendo alvo de críticas, avaliações, suspeições, sendo maculadas e colocadas à prova no que diz respeito a sua competência, eficácia e até mesmo da manutenção das suas existências. Tais instituições continuam sendo relegadas pelos governantes, sem a valorização de pessoal e sem investimentos em equipamentos, armamentos, dentre outros aspectos importantes para uma prestação de serviço de excelência, fatos estes facilmente comprovados por meio dos noticiários na mídia baiana.

Assim, a criminalidade está evoluindo em espaços geográficos, urbanos ou rurais, tornando necessário que suas peculiaridades sejam entendidas mediante o uso das tecnologias disponíveis para que se possa, daí, apresentar planos para a otimização da investigação policial dos crimes ali praticados.

Acredita-se que o emprego da inteligência, de tecnologias, do investimento em capacitação de pessoal e da utilização do Geoprocessamento Criminal, como instrumento aglutinador de informações para uma análise criminal setorial, com o fim de entender os fenômenos que contribuem para a violência e criminalidade, permitirá operacionalizar ações de investigação em torno dos crimes.

Nesse contexto, escolheu-se para este trabalho um tema que abordasse o fato da Polícia Judiciária ter como finalidade a coleta de informações acerca de um crime, buscando entender suas características: autor, vítima, motivação, instrumento utilizados para sua execução, entre outros fatores. Com o avanço tecnológico, podem-se potencializar os trabalhos da Polícia Judiciária utilizando a análise criminal e a criminologia ambiental, de forma a entender o indivíduo criminoso e conhecer o meio da prática de crimes, através de dados coletados e tratados de forma científica.

A Polícia Civil da Bahia (PCBA) vem melhorando a qualidade em seus serviços, otimizando o emprego de tecnologias de ponta. Lastreado nesta afirmativa

é que se tem dentro da Secretaria de Segurança Pública (SSP), órgão maior no qual a PCBA está inserida, a realização do geoprocessamento criminal neste Estado, acompanhando o que já ocorre no mundo globalizado.

A capacidade de analisar e confeccionar diferentes mapas a partir de grandes volumes de dados complexos de forma automática permite aos usuários da área de segurança pública realizar diversos tipos de procedimentos operacionais, que por via das técnicas tradicionais eram quase impossíveis ou perderiam muito tempo para a execução (FREITAS; VIEIRA, 2007, p. 3).

Os mapas são desenhos e informações sobre áreas e lugares, que ajudam a observar dados, permitindo uma rápida visualização da informação. A confecção de mapas precede a escrita, fato que pode ser comprovado uma vez que muitos exploradores dos vários povos primitivos, antes que tivessem dominado a escrita, desenvolveram a habilidade de traçar coordenadas que guiassem seus trajetos. Os povos primitivos que viviam como guerreiros e caçadores deviam mover-se continuamente; muitas vezes o conhecimento das direções e distâncias era questão de vida ou morte, e assim muitos deles desenvolveram um sistema de fazer mapas ou carta (MARTINELLI, 1998).

Destarte, a ideia de mapear o crime não é nova, datando do início do século XVIII na França, onde Adriano Balbi e André-Michel Guery criaram os primeiros mapas de crimes, combinando técnicas de cartografia com interesses legais, usando estatísticas criminais e dados demográficos do censo francês (WEISBURG; MCEWEN, 1998).

Acredita-se que o primeiro uso do mapeamento computadorizado da criminalidade na análise criminológica aplicada tenha ocorrido em meados da década de 1960 em St. Louis (WEISBURD; MCEWEN, 1998). A computação *desktop* colocou ferramentas gráficas ao alcance, teoricamente, de qualquer um, de modo que os mapas puderam ser produzidos com maior facilidade, e o computador liberou as pessoas para produzirem outros tipos de gráficos conforme a necessidade.

O lado negativo dessa facilidade de produção é que é tão fácil produzir lixo quanto criar perfeição técnica e artística. Os mapas são apenas um dos modos de representar informações, e nem sempre são o modo apropriado.

Na mensuração tempo e espaço deve-se levar em conta que os espaços e localizações podem ser vistos e medidos um tanto facilmente por meio de sistemas

simples de referência, como as coordenadas (x; y). Desta forma, não há dúvida que o tempo é um elemento importante do mapeamento da criminalidade, devido ao modo como o fenômeno se comporta no espaço e no tempo.

Neste contexto, o mapeamento criminal deve ser utilizado para: facilitar a compreensão das análises estatísticas, observando a natureza espacial do crime e outros tipos de eventos; possibilitar que o analista associe dados de diferentes fontes, baseado em características geográficas comuns e comunicar e divulgar melhor a análise dos resultados.

O mapeamento criminal constitui assim uma das diversas aplicações do Geoprocessamento em Gestão Pública, apresentando-se como uma poderosa ferramenta a serviço da justiça e do combate à criminalidade por meio da especialização ou georeferenciamento das estatísticas criminais. Conforme

A decisão por uma linha teórica que dê suporte ao trabalho dos profissionais de segurança pública não é algo fácil. Os caminhos seguidos pelas diferentes correntes teóricas apontam para soluções que, em sua maioria, estão distantes da capacidade da polícia em atuar de forma efetiva, vez que se encontram em níveis de decisão e ação que fogem ao escopo da responsabilidade ou possibilidade da polícia, cabendo, por isso, a outras instâncias de governo ou da sociedade (RUBENS FILHO, 2012, p. 24).

Todavia, como alega o supracitado autor, isso:

[...] não invalida nem prescinde a necessidade que os agentes policiais e suas respectivas organizações têm, de estar orientados por um corpo teórico que lhes indique possíveis soluções” para os problemas que enfrentam na prática de sua atividade e que seja suficientemente pragmático, ao ponto de receber a atenção de tais profissionais (RUBENS FILHO, 2012, p. 24).

Conforme apontam Chainey e Tompson (2008), a maior parte das teorias criminológicas apresentadas até pouco tempo não tiveram um valor muito grande em termos de aplicação na prática para a polícia. Diante disso, a Criminologia Ambiental despontou, trazendo em seu bojo uma série de novas abordagens que vem sendo de muita utilidade para as atividades policiais.

A escolha do objeto de estudo focada no espaço territorial de atuação da Polícia Civil do Estado da Bahia (PCBA) também se configura pela importância da análise criminal na tomada de decisões dos gestores da Polícia Judiciária.

A análise criminal é, genericamente, a coleta e análise de informações pertinente ao fenômeno da criminalidade. Por meio dela, grandes quantidades de dados criminais podem ser analisadas para detecção de padrões criminais; estabelecer correlações entre delitos e autores; determinar perfis de alvos e respectivos delinquentes habituais e, mesmo, fazer previsões sobre fenômenos criminais.

Tais informações, providas pelo analista, são utilizadas para o dimensionamento e posicionamento dos recursos, bem como para a realização de ações gerais de gestão em relação ao patrulhamento e investigação policial, bem como para suporte às decisões estratégicas da organização policial.

A escolha do objeto de estudo, o espaço territorial de atuação da Polícia Civil do Estado da Bahia (PCBA) justifica-se, pois a análise criminal é atualmente utilizada para tomada de decisões dos gestores da instituição. Foram também utilizadas as informações e dados existentes no Banco de Dados do Sistema Informatizado do Serviço de Atendimento Policial (SISAP).

A Criminologia Ambiental é uma vertente da criminologia que introduz a dimensão espacial nos fenômenos criminais. A base teórica desse ramo da criminologia está focada no evento criminal e nas circunstâncias imediatas de sua ocorrência.

Sob a ótica dessa corrente teórica, um evento criminal deve ser compreendido a partir da confluência entre criminosos, vítimas ou objetos-alvo e leis, em uma especial configuração e em um momento e lugar particulares, buscando explicar, desde essa perspectiva, os padrões de crime e a influência do ambiente em sua ocorrência.

É a partir dessa abordagem que a criminologia ambiental define regras que possibilitam que faça predições sobre os problemas criminais emergentes e, por consequência, possibilita o desenvolvimento de estratégias de prevenção criminal (WORTLEY; MAZEROLLE, 2008).

Tais estratégias adquirem fundamental importância para a contenção do crime, especialmente para cidades como Simões Filho, na Bahia, que pelo quarto ano consecutivo foi considerada a cidade mais violenta do Brasil. Diante disso, o que esta pesquisa pretende responder é: Como o meio ambiente influencia na criminalidade em Simões Filho-BA?

Supondo-se que o meio ambiente é determinante para a ocorrência do crime levantam-se as seguintes hipóteses:

a) Locais com pouca habitação contribuem para a ocorrência de crimes letais de difícil determinação de autoria;

b) Locais desertos e de difícil acesso, como matagais, lagoas, ribanceiras, próximos a estabelecimentos abandonados, são propícios para "*desova*" de cadáveres.

Nessa perspectiva, o objetivo geral deste estudo é avaliar de que forma o meio ambiente influencia na criminalidade em Simões Filho-BA. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

a) Estudar a utilização da análise criminal e da criminologia ambiental no processo de mapeamento criminal;

b) Verificar a relação entre a análise criminal e criminologia ambiental, com uso do geoprocessamento;

c) Realizar um estudo de caso na cidade de Simões Filho-BA, incluindo a análise de dados estatísticos desta cidade e das circunvizinhas, a fim de levantar as características dos ambientes nos quais a criminalidade é mais presente.

2 METODOLOGIA

Quanto ao método adotado, a presente abordagem requereu a aplicação do método hipotético dedutivo, em razão do fato de que existe uma hipótese geral de existência de atividade criminosa que é um fato social presente em todas as sociedades.

Por outro lado, o estado de iniquidade e privação a qual grupos consideráveis da população estão sujeitos, produz aumento de algumas taxas de delitos, principalmente a de homicídios. Outra constatação, é que o processo de aglomeração urbana produz territórios bem diferenciados e aglutinadores de espaços urbanos em péssimas condições de reprodução social.

Quanto aos objetivos pretendidos, buscou-se alcançar os objetivos deste trabalho por meio de uma pesquisa caracterizada como exploratória e descritiva, posto que, se desenvolveu nas ciências sociais e humanas em que o fenômeno estudado foi observado, registrado, analisado e interpretado, sem ser manipulado pelo pesquisador (CERQUEIRA; ROSÁRIO; MORAES, 2013).

Quanto ao momento de coleta de dados, na classificação dos supracitados autores, a pesquisa desenvolvida neste trabalho pode ser considerada como transversal, pois descreve o fenômeno da criminalidade, discutindo suas variáveis e analisando sua incidência.

Trata-se de um estudo não experimental, uma vez que as variáveis não são manipuladas, mas observa-se e analisa-se o fenômeno da criminalidade à luz da Criminologia ambiental, em sua forma natural.

Quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, no âmbito da análise criminal e da criminologia ambiental para se compreender o fenômeno em estudo. Também pode ser classificada como um estudo de caso, haja vista que explora situações da vida real, descrevendo situações do contexto da cidade de Simões Filho (BA), tomada como parâmetro por ser considerada como a mais violenta do Brasil.

Quanto ao enfoque, classifica-se esta pesquisa como qualitativa, uma vez que o tema, ligado às ciências humanas, não tem por objetivo fazer medidas numéricas usando análise estatística, mas se utiliza da análise interpretativa e contextual.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise criminal é uma temática pouco explorada academicamente no âmbito da PCBA. Todavia, o mapeamento criminal é uma das ferramentas mais importante para se conhecer o evento “crime” em uma determinada região.

Desse modo, com o fim de melhor esclarecer a temática, faz-se uma contextualização da análise criminal, partindo do histórico da mencionada atividade, demonstrando a importância da ferramenta na investigação policial, a necessidade de constante investimento material e humano e como tudo isto é fundamental para que sua aplicação incremente as ações da Polícia Civil no combate e na diminuição da criminalidade.

3.1 A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE CRIMINAL E DA CRIMINOLOGIA AMBIENTAL NO PROCESSO DE MAPEAMENTO CRIMINAL

A análise espacial, cujas possibilidades oferecidas são praticamente ilimitadas, propicia diversas oportunidades de exploração incomparáveis em relação a outros tipos de análise que não consideram o atributo geográfico, tais como: Análise de Zonas Quentes de Crimes (áreas de alto grau de incidência de crimes / não são determinadas por limites administrativos); Análise da direção, distância e tempo da recuperação de roubos e furtos; Identificação de territórios de gangues; Cálculo automático de taxas específicas por crimes e área de abrangência; Construção da Superfície de Criminalidade; Análise de redes viárias; Planejamento de barreiras policiais; Localização rápida de viaturas; Mapeamento do tempo (selecionar e visualizar em mapa todos os crimes ocorridos em determinada hora, dia, mês e ano); Mapeamento do espaço (selecionar e visualizar em mapa todos os crimes ocorridos em determinado bairro da cidade); Mapeamento por características registradas (pode-se estabelecer qualquer característica de tempo, espaço, vítima, suspeito e *modus operandi*) (FREITAS; VIEIRA, 2007).

Segundo Newton e Fernandes (2002), ao tratar da “Criminologia Integrada”, a geografia da criminalidade faz parte da denominada Estatística Criminal, interessando-se pelos fatores fixos relacionados ao clima, ao solo, ao relevo, à

configuração litorânea entre outros, que influenciam no comportamento delinquencial do homem.

Podem-se distinguir, na análise dos fenômenos geográficos, duas tendências: para Brunhes (1962), o homem é um agente geográfico que trabalha e modifica a superfície do globo, tal como a água, o vento e o fogo, preocupando-se mais com a influência do homem sobre o meio; já Ratzel (apud MARTINS, 1993), volta-se para a influência do meio sobre o homem.

O objeto material de ambas essas geografias, considerado em conjunto, coincide exatamente com o objeto material da Sociologia, que se ocupa do fator ambiental. São diversos, entretanto, seus pontos de vista, suas formalidades e suas finalidades.

No tocante às influências mútuas dos grupos humanos sobre o meio, interessa à Geografia os mecanismos de atuação do meio sobre esses agrupamentos, bem como as transformações e os traços marcados por eles sobre o ambiente. Isto porque a Geografia “é a ciência dos lugares, não dos homens”, como afirma La Blache (1954, p. 1). A Sociologia, ao contrário, focaliza sempre os grupos humanos, seja como objeto passivo (as influências neles exercidas pelo ambiente) seja como agente ativo aos mecanismos pelos quais atuam sobre o meio.

Vê-se que a distinção aqui apresentada é mais teórica que prática. Acontece realmente que muitos geógrafos fazem sociologia e muitos sociólogos se aprofundam no campo da geografia, evidente pelo despertar, neles, o natural desejo de conhecerem dois aspectos da vida na Terra, o homem e o meio com suas recíprocas influências.

Tem-se que os fatores: físicos e antropofísicos, imediatos e mediatos e agentes e condicionantes, constituem o quadro natural da vida dos grupos. Fazendo-se uma distinção entre os primeiros, diz-se que: o fator físico tem caráter natural, não sofrendo a ação modificadora do homem (ex: o relevo, o clima, a configuração litorânea, as tempestades e outros); o antropofísico resulta da combinação entre a natureza e a atividade humana (ex: os portos, os canais, as vias de comunicação e outros).

Distinguindo-se os imediatos dos mediatos, explica-se que: os primeiros atuam diretamente sobre a vida coletiva (ex: as erupções vulcânicas, que devastam um povoado forçando a população restante a emigrar), enquanto que os segundos atuam sobre outros fenômenos naturais e só mediante esses agem sobre a vida em

sociedade (um clima mórbido, por exemplo, atuando sobre a saúde do grupo humano, as péssimas condições sanitárias refletem na pobreza das suas criações culturais, como na conduta geral, ou com relação a esta, até na prática da ação delituosa).

Nos agentes e condicionantes, tem-se os primeiros agindo direta ou indiretamente no social, enquanto os últimos, por sua vez, oferecem apenas possibilidades à espera de combinações de forças para surtir determinado efeito social. Em existindo um subsolo rico, apenas se constitui como uma condição para que os grupos humanos sobre ele se instalem e desenvolvam a indústria extrativa.

A tese do determinismo geográfico, que pretende explicar os fenômenos sociais e culturais exclusivamente pelo fator ambiental, não tem valor científico, sendo, hoje, rejeitada pelos sociólogos.

Com referência aos fatores criminalizantes, os autores se dividem em endogenistas e exogenistas. Estes, que dão importância ao meio circundante, importa considerar, especialmente, o país onde se nasce e neste a região e o povo, considerados no sentido geográfico. Creditando-se influência à cultura do local onde se nasce, e não ao solo; tem-se que as condições econômicas exercem marcante influência na vida da sociedade.

Verifica-se o fenômeno da criminalidade como consequência de diversas modificações que ocorrem com o indivíduo no ambiente social. A perversa política salarial; o fechamento de indústrias; crises econômicas e comerciais; desemprego; baixo poder aquisitivo; falta de educação; densidade demográfica; miséria entre outras, influenciam sobremaneira na criminalidade.

3.1.1 Evolução e conceito da análise criminal

Conforme relata Dantas (2013), a Análise Criminal se originou nos Estados Unidos da América na década de 1920, quando passaram a acumular registros criminais ao longo dos anos, possibilitando uma análise sobre o desenvolvimento da criminalidade, como se vê:

Remontando à história da “inteligência policial”, foi no final da década de 1920, através da Associação dos Chefes de Polícia [International Association of Chiefs of Police (IACP)], que os chefes de polícia e xerifes de instituições policiais norte-americanas propuseram a criação do que veio a tornar-se o verdadeiro “pilare” para a formulação da moderna doutrina de

análise criminal: grandes bases administrativas de dados agregados nacionalmente acerca da criminalidade. Tais bases de dados teriam grande abrangência, não só territorial, mas também “histórica”, cobrindo vários anos, o que veio a chamar-se, nos EUA, de “Uniform Crime Report System” [Sistema de Relatórios Padronizados da Criminalidade (UCRS)]. A atual “tecnologia do conhecimento criminológico”, elaborada a partir de dados produzidos pelo UCRS nos EUA, está hoje incorporada ao acervo formal do conhecimento acadêmico, [...]. Tal situação tem implicações, também na “modelagem” de formulações globais acerca do crime e da violência, na medida em que tal “tecnologia do conhecimento”, por sua padronização, abrangência e continuidade histórica, assegura um mínimo aceitável de validade e confiabilidade em relação às conclusões de estudos epidemiológicos da criminalidade global de cada um dos países da comunidade internacional que adotam tal tecnologia. Assim, a “tecnologia UCR” não somente “informa” os sistemas de produção nacional de conhecimento sobre o crime em diversos países individualmente, mas também dá corpo à metodologia dos Relatórios Globais sobre Crime e Justiça atualmente elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU) (DANTAS, 2013, p. 1).

Verifica-se pelo texto retro citado que os primeiros trabalhos de análise criminal começaram nos Estados Unidos em virtude da necessidade que os organismos de segurança tiveram em utilizar as informações criminais em seu próprio proveito, lançando a partir daí, conceitos que posteriormente seriam utilizados não apenas nos EUA, mas por vários países que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU).

Vale mencionar que, pesquisas realizadas nos Estados Unidos (EUA) nos anos 1990, indicaram, para aquela década, um grande investimento por parte de agências de polícias em tecnologia para análise criminal e mapeamento do crime (BOBA, 2005 apud FILIPE, 2007).

Também Fritz (2001 apud FILIPE, 2007) relatou um crescimento exponencial da análise criminal e do mapeamento de crimes nos EUA nos últimos quinze anos, propondo cinco fatores que, em sua opinião, explicam o porquê deste crescimento acentuado:

- A popularização e o barateamento dos computadores e softwares levaram ao uso intensivo destas ferramentas tanto pela sociedade como pelas instituições de segurança pública;
- A conceituação de policiamento comunitário, voltado para a resolução de problemas, e subseqüentes publicações de estudos acadêmicos, culminou com a legitimação do papel da pesquisa e análise na segurança pública;
- O governo federal norte-americano tem incentivado estas iniciativas através de financiamentos, pessoal e tecnologia;
- Os chefes de polícias e xerifes abraçaram o conceito e a prática de policiamento comunitário, tendo esta adoção proporcionado o sucesso do COMSTAT e do ICAM e, os resultados associados a estes esforços apontam para a queda constante na criminalidade nos distritos que se utilizam deste estilo de policiamento;

- Padrões profissionais foram identificados e estabelecidos de acordo com requisitos da segurança pública, tendo, especificamente, a *Commission for the Accreditation of Law Enforcement Agencies (CALEA)*¹ oferecido suporte às iniciativas da análise criminal nos EUA (FRITZ, 2001 apud FILIPE, 2007, p. 28).

Pode-se, então, definir a Análise Criminal como um conjunto de técnicas e procedimentos, cuja finalidade é processar informações relevantes para a prevenção ou a repressão ao crime. Existem basicamente três tipos de análise criminal: a tática; a estratégica; e, a administrativa (DANTAS, 2013a). Aproveitam-se, ainda, os ensinamentos do referido autor para esclarecer melhor em que consistem esses tipos de análises criminais.

A atividade de inteligência policial, por meio da análise criminal tática, consiste em produzir conhecimentos para darem suporte às atividades operacionais de investigação e policiamento ostensivo, sendo geralmente utilizada no apoio à investigação criminal, principalmente quando existe um grande número de informações que devem ser trabalhadas metodicamente.

A referida análise compreende o ato de separar as várias partes do fenômeno da criminalidade, examinando cada uma delas visando conhecer sua natureza, proporções, funções e relações. Assim, essa análise busca subsidiar uma pronta resposta às ocorrências criminais havidas num determinado tempo e lugar. O conhecimento produzido por ela é instrumental para a gestão dos elementos operacionais, mediante a determinação de padrões e tendências criminais num determinado espaço geográfico-temporal, usualmente favorecendo a prisão de delinquentes.

Portanto, seu objetivo é a identificação de “tendências” imediatas (evolução quantitativa e respectiva distribuição espaço-temporal), bem como dos “padrões” correntes da criminalidade (*modus operandi*), aí incluídas sequências de baixa, média e alta de ocorrências, bem como a determinação dos chamados “pontos quentes”², locais de rápida acumulação de fatos delituosos (PINHEIRO, 2008).

No que se refere à análise criminal estratégica, a mesma autora supracitada diz que a atividade de inteligência policial, por meio desta, se volta para a resolução de potenciais problemas de segurança pública de médio e longo prazo e para a

¹ www.calea.org.

² Um “ponto quente” é uma condição ou estado que indica alguma forma de aglomeração numa distribuição espaço-temporal de ocorrências criminais (DANTAS, 2011a).

formulação de estratégias operacionais na busca de soluções para problemas gerais de natureza corrente.

Sendo utilizada principalmente na prevenção policial, voltada para a determinação de padrões de delinquência, ela trabalha baseada em “projeções de cenários”, formuladas a partir de possíveis variações dos indicadores de criminalidade e por meio “dela se produzirão informações para a alocação dos recursos institucionais na atividade fim, incluindo a configuração das áreas físicas de atividade policial, bem como os dias, horários e de emprego da força policial” (DANTAS, 2013a, p. 1).

Assim, “a análise criminal estratégica inclui a realização de estudos e respectiva elaboração de planos para a identificação e aquisição de recursos futuramente necessários para a gestão policial”. Também busca identificar atividades criminais correntes, fora do seu padrão comum de ocorrência, a exemplo, com frequência superior aos valores usuais e/ou consumadas em tempos diversos da sua distribuição sazonal regular (DANTAS, 2013a, p. 1). Por esse entendimento, pode-se dizer que:

[...] a análise estratégica identifica condições anômalas³ na segurança pública, possibilitando um redimensionamento da prestação dos serviços policiais, otimizando assim sua efetividade, eficácia e eficiência. Tais ficam manifestos na redução ou supressão de problemas crônicos, podendo eventualmente contribuir para isso a implementação de políticas comunitárias e de resolução de problemas da segurança pública (DANTAS, 2013a, p. 1).

Por fim a análise criminal administrativa, que definida por Dantas (2013a) como um meio de prover os gestores da área de segurança pública de informações sobre questões sociais, geográficas, econômicas, entre outras que tenham relevância para o enfrentamento da criminalidade.

Trata-se, portanto, de uma das modernas ferramentas utilizadas na coordenação e integração das atividades de inteligência de segurança pública, que possibilita aos operadores de segurança pública entender “o fenômeno da criminalidade, estudando seus efeitos e consequências, possibilitando um diagnóstico preciso, capaz de produzir um conhecimento necessário e indispensável aos gestores de segurança pública” (MAGALHÃES, 2008, p. 1).

³ Irregular, oposta a ordem natural.

É por isso que Dantas (apud INFOSEG, 2013, p. 5), reforça sua definição de análise criminal afirmando que:

[...] é um processo analítico e sistemático de produção de conhecimento, orientado segundo os princípios da pertinência e da oportunidade, sendo realizado a partir do estabelecimento de correlações entre conjuntos de fatos delituosos ocorridos (ocorrências policiais) e os padrões e tendências da 'história' da criminalidade de um determinado local ou região. Sempre que possível, as atividades de análise devem buscar englobar, territorialmente, locais ou regiões dos quais estejam disponíveis, também, indicadores demográficos e socioeconômicos, de tal sorte que a criminalidade possa ser contextualizada. No caso brasileiro, é importante ter em conta a produção de dados locais disponibilizada pelo 'Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística' (IBGE).

Magalhães (2008) que, dentro da análise criminal *lato sensu*, podem-se encontrar as técnicas de análise: Análise e Inteligência da Segurança Pública; Análise de vínculos; Análise investigativa visual e mapeamento de eventos temporais; Análise e fluxograma de registros de chamadas telefônicas; Análise de fenômenos da segurança pública; Estatística aplicada ao estudo dos fenômenos da segurança pública; Análise de fenômenos da segurança pública por meio dos chamados "Sistemas Geográficos de Informação" (GIS⁴).

Dando destaque a essas últimas, Davis (2001 apud FILIPE, 2007, p. 29) explica que tais sistemas, que serão melhor explicados mais à frente, consistem na tecnologia e na metodologia baseadas “em computação para coleta, gerenciamento, análise, modelagem e apresentação de dados e informações geográficas para variadas aplicações”.

Segundo Osborne e Wernicke (2003 apud FILIPE, 2007) a utilização das técnicas de análise criminal, mormente a análise tática, vem obtendo excelentes resultados por meio da produção de boletins, relatórios administrativos e mapas dos crimes, facilitando o trabalho das instituições de segurança pública dos EUA.

Por todo o exposto, pode-se supor que essas técnicas tornam possível a realização de um diagnóstico preciso da criminalidade no tempo e no espaço, possibilitado uma polícia investigativa competente e uma polícia preventiva ágil e eficiente.

Nessa perspectiva, deve-se estar conscientes de que “a única forma de se obter uma atuação eficiente dos operadores de segurança pública é a correta produção do conhecimento para nutrir as decisões estratégicas, táticas e

⁴ *Geography Information Systems.*

operacionais“ (MAGALHÃES, 2008, p. 1) voltadas para a redução da criminalidade no Brasil.

3.1.2 A prática da análise criminal no Brasil

Lemgruber (2001) escreveu uma matéria na qual faz referência a um diagnóstico elaborado por especialistas durante uma série de encontros realizados pela Diretoria de Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, dos quais participaram especialistas de 20 instituições nacionais, entre estas o Instituto de Estudos da Religião (ISER), o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFGM) e a Fundação João Pinheiro, além de importantes criminólogos americanos: James Lynch, da *American University*, e William Chambliss, da *George Washington University*. Como relata a mencionada autora,

Foi unânime o diagnóstico de que o sistema brasileiro de informações criminais é extremamente precário, fruto do descaso de décadas, tanto em nível federal quanto na maior parte dos estados. Os dados existentes são poucos, de má qualidade e de difícil comparação. Mesmo para se conseguir uma informação criminal elementar, como o número de homicídios no país, é preciso recorrer ao Ministério da Saúde, que contabiliza as "mortes por causas externas", incluindo homicídios intencionais e acidentais. A integração nacional dos dados de segurança e justiça é praticamente nula. A Secretaria Nacional de Segurança Pública vem tentando reunir e organizar as poucas informações disponíveis, mas não existe ainda, nem nos estados, nem na esfera federal, um esforço orientado para a construção de bases de dados criminais integradas, consistentes e comparáveis. A pesquisa empírica sobre criminalidade e violência padece, por seu turno, de escassez de recursos, dispersão de esforços e dificuldade de acesso às fontes de informações. Não à toa, como afirma o documento elaborado pela coordenação dos seminários Ipea/CESeC, "subsistem grandes lacunas, tanto nas bases de dados quanto nas abordagens adotadas. A pequena circulação de informações entre pesquisadores dos diversos estados e instituições, o fraco entrosamento entre metodologias quantitativas e qualitativas, e a própria precariedade dos dados existentes contribuem, assim, para tornar o avanço do conhecimento bem mais lento do que seria desejável, em da face gravidade dos problemas a serem enfrentados nessa área (LEMGRUBER, 2001, p. 1).

Esse diagnóstico mostra claramente a precariedade histórica que a informação criminal tem no Brasil, particularmente os índices criminais oficiais pela falta de doutrina e conhecimento técnico, o que motivou o governo federal a

determinar certas adequações aos Estados Membros, estabelecendo pré-condições de eficiência, condicionando-as para o envio de recursos financeiros.

A partir do diagnóstico acima, nos anos 1999 e 2000, após criação do Plano Nacional de Segurança Pública, várias unidades federativas passaram a desenvolver sistemas voltados à coleta e análise de dados sistematizados com o objetivo de identificar as características da criminalidade e distribuir o policiamento de forma mais eficaz.

Todavia, anos depois, Dantas e Souza (2007) ainda afirmavam que os órgãos de gestão da segurança pública, em sua maioria, ainda não possuíam os mesmos recursos e instrumentos da tecnologia do conhecimento (métodos) e da informação (técnicas e tecnologias) disponíveis para comunidades homólogas de outros países.

De acordo com esses autores, por meio de tais recursos seria possível ter um maior e melhor controle e compreensão do fenômeno da criminalidade com incidência no país, especificamente no que concerne aos produtos da análise criminal baseados em estatísticas computadorizadas e GIS.

Por isso, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça vem se empenhando em modificar as condições estruturais que dão causa ao quadro deficitário em termos de disponibilidade de métodos, técnicas e tecnologias aplicadas ao estudo dos fenômenos da segurança pública no Brasil, dando grande relevância à integração dos bancos de dados dos órgãos de segurança pública intra e interinstitucionais, fator determinante para que se possa estabelecer a real situação da criminalidade em cada área metropolitana e no país como um todo (DANTAS; SOUZA, 2007).

Contudo, não bastam apenas as melhores técnicas e tecnologias para que se tenha uma efetiva gestão do conhecimento. É necessário agregar a elas os métodos clássicos de abordagem e de procedimentos para produção de conhecimento científico, incluindo objetos interdisciplinares de estudo da justiça criminal, a fim de identificar as causas e a dinâmica do crime em diferentes momentos e lugares.

Nesse contexto, emerge a Criminologia como uma “ciência empírica e interdisciplinar”, baseada “na experiência da observação, nos fatos e na prática, mais que em opiniões e argumentos e formada pelo diálogo de uma série de ciências e disciplinas” (biologia, psicopatologia, sociologia, política, antropologia, direito, criminalística, filosofia e outras) (FERNANDES; FERNANDES, 2002, p. 45).

Assim, a criminologia transita pelas teorias que buscam analisar o crime, a criminalidade, o criminoso e a vítima, entre as quais se encontra a teoria da criminologia ambiental.

3.1.3 A criminologia ambiental

“A criminologia tradicional tem como objetivo promover a compreensão das forças sociais e psicológicas que levam as pessoas a se tornar criminosos, na esperança de encontrar formas de intervir nessas causas”⁵ (CLARKE; ECK, 2003, p. 29).

Contudo, por ser tão complexa e extensa, a criminologia tradicional vem originando políticas públicas ambíguas, em virtude, principalmente, da pouca relação que tem com a prática policial. Por conseguinte, surgem novas teorias ligadas à área do conhecimento que se denomina ciência do crime.

Essas teorias têm procurado explicar a propensão de indivíduos para o crime, motivada por diversas características, sejam individuais, sejam psicológicas ou mesmo sociais. No que tange a criminologia tradicional, tais teorias podem ser agrupadas em cinco grandes grupos.

No primeiro têm-se teorias que tentam explicar o crime em termos de patologia individual; no segundo grupo temos teorias centradas no “*homo economicus*”, isto é, no crime como uma atividade racional de maximização do lucro; no terceiro grupo temos teorias que consideram o crime como subproduto de um sistema social perverso ou deficiente; no quarto grupo se têm as teorias que entendem o crime como uma consequência da perda de controle e da desorganização social na sociedade moderna; e, no quinto grupo estão as Correntes que defendem explicações do crime em função de fatores situacionais ou das oportunidades. Sendo parte deste último grupo,

[...] a Teoria da Criminologia Ambiental (TCA) trata, entre outras coisas, dos padrões do fenômeno da criminalidade, tendo em conta o espaço urbano e o impacto das suas variáveis estruturais constituintes sobre as percepções e ações de potenciais vítimas e criminosos (DANTAS; PERSIJN; SILVA JÚNIOR, 2006, p. 1).

⁵ Do original em inglês: “*Traditional criminology seeks to improve understanding of the psychological and social forces that cause people to become criminals in the hope of finding ways to change these causes*”. Tradução do autor.

Como ensinam esses autores, de acordo com o arcabouço jurídico construído pela Criminologia Ambiental, o fenômeno da criminalidade é analisado pela TCA em cinco dimensões, tais sejam: (1) o espaço urbano (topografia, edificações e vias); (2) a dimensão temporal (estação do ano, dia da semana e horário); (3) a norma penal aplicável; (4) o delinquente e (5) o alvo (coisa ou pessoa). De acordo com “tal formulação, a convergência dos cinco fatores ou dimensões é condição necessária para a ocorrência do crime”. Como se vê, “essa teoria afirma uma natureza multidimensional do crime, interdisciplinar, cognitivamente, ao mesmo tempo que intersetorial no que tange a gestão pública da questão” (DANTAS; PERSIJN; SILVA JÚNIOR, 2006, p. 1).

Conforme afirmam os supracitados autores, a atual utilização de Sistemas de Informação Geográfica (GIS) automatizados para mapear o crime, evidencia que a criminologia ambiental está numa fase compatível com o uso intensivo da Tecnologia da Informação (TI), inclusive em outras áreas da produção de conhecimento.

Desse modo, se dá visibilidade a aspectos do fenômeno da criminalidade relacionados com movimentos realizados por potenciais vítimas e criminosos ao longo do dia.

Percebe-se que se trata de conhecimentos que serão muito úteis no trabalho policial cotidiano, isto porque, irão lidar com as causas situacionais imediatas dos eventos relacionados ao crime, incluindo tentações, oportunidades e a inadequada proteção das vítimas/alvos.

Como afirmam Clarke e Eck (2003, p. 29), em suma, a ciência do crime não foca nas razões pelas quais os criminosos nascem, mas no ato de cometer o crime. Ela procura maneiras de reduzir as oportunidades e tentações para o crime e aumentar os riscos de detecção. Ao fazê-lo, procura contribuições de uma ampla gama de disciplinas, incluindo psicologia, geografia, medicina, urbanismo e arquitetura⁶, além de técnicas como as utilizadas no geoprocessamento

3.2 A RELAÇÃO ENTRE A ANÁLISE CRIMINAL, A CRIMINOLOGIA AMBIENTAL E O GEOPROCESSAMENTO

⁶ Do original em inglês: “*Crime science takes a radically different approach. It focuses not on the reasons why criminals are born or made, but on the act of committing crime. It seeks ways to reduce the opportunities and temptations for crime and increase the risks of detection. In doing so, it seeks contributions from a wide range of disciplines, including psychology, geography, medicine, town planning, and architecture*”. Tradução do autor.

Denomina-se geoprocessamento “o conjunto de técnicas de coleta, tratamento, manipulação e apresentação de informações espaciais”, dentre as quais destacam-se: a cartografia automatizada, o processamento de imagens de satélite, a digitalização de mapas e os Sistemas de Informações Gráficas (GIS) (GONÇALVES, 2001 apud FURTADO, 2002, p. 49-50). Medeiros (2008, p. 2), por sua vez, define o Geoprocessamento como,

[...] o conjunto de ferramentas computacionais usadas para coleta e tratamento de informações espaciais, capacitadas para desenvolver os seguintes processamentos: o Armazenamento de Informações Geográficas em meio digital, a manipulação de dados para geração de novas informações e a geração de saídas na forma de mapas e relatórios também conhecidos pelo nome genérico de “Geotecnologias”.

Segundo o supracitado autor, as Geotecnologias assumiram um papel cada vez mais importante nas políticas públicas e atualmente existem várias ferramentas computacionais de apoio a essa ciência multidisciplinar, fato que é fortemente influenciado pela grande demanda comercial por serviços e produtos a ela relacionados.

Sendo assim, o objeto do geoprocessamento é a geoinformação, que corresponde a uma informação associada a um atributo geográfico, ou seja, a informação tem um endereço e carrega consigo as coordenadas (longitude, latitude e altitude) do local a que se refere.

Em outras palavras: “Uma informação que tem aliada a si sua posição geográfica é também chamada de informação georeferenciada, no sentido de ter referência, através das coordenadas, com algum ponto da Terra” (FURTADO, 2002, p. 50).

O tratamento da geoinformação permite o controle do meio ambiente e o planejamento das cidades e de redes de infraestrutura, haja vista que, no mapa, se torna possível visualizar com mais facilidade a posição das informações. Desse modo, dá-se uma noção espacial ao dado, trazendo-o para o mundo concreto.

Além de visualizar as informações, ao aliar-se a *softwares* e outros equipamentos, os mapas permitem trabalhar com elas de modo a relacioná-las, calcular a distância entre elas, definir os melhores caminhos para se ir de uma a outra, monitorá-las, enfim, tirar das referidas informações tudo o que elas podem dar com relação ao lugar a que se referem.

Tendo os atributos supramencionados, a utilização do geoprocessamento vem sendo de extrema utilidade à análise criminal bem como à criminologia ambiental. Verificar de que forma se estabelece essa relação é o objetivo deste capítulo.

3.2.1 O geoprocessamento na análise criminal

Entre as diversas técnicas do geoprocessamento utilizadas na análise criminal, os Sistemas de Informações Gráficas, *software* que trata a geoinformação, vêm ganhando destaque ao tornar possível a confecção de mapas, o georreferenciamento das informações, seu processamento e sua visualização.

Segundo Furtado (2002), o GIS alia uma base de dados gráfica a uma base de dados alfanumérica, permitindo a manipulação e integração de grandes quantidades de dados propiciando uma rápida formação e alternância de cenários, impossíveis de ser considerados fora do âmbito computacional.

Desse modo, com o GIS pode-se combinar elementos dos mapas de forma a refazer análises de relacionamentos, padrões e tendências, ou seja, suas ferramentas possibilitam que: tais padrões sejam encontrados; sejam medidas as distâncias entre eles, dentre outras funções.

Com a utilização do GIS, os mapas deixaram de ser estáticos e passaram a poder ser manipulados e atualizados em intervalos de tempo curtíssimos, razão pela qual são cada vez mais indispensáveis como ferramenta de planejamento.

De acordo com Harries (1999), os mapas temáticos são classificados nas seguintes categorias: estatístico, pontual, coroplet, de isolinha, de superfície e linear. Com base nesta autora estas categorias são explicadas a seguir. Ressalte-se antes que a escolha do tipo mais adequado para mapear a criminalidade e os fenômenos relacionados depende das variáveis que se quer investigar.

Um mapa estatístico (Figura 1), na sua forma mais primitiva, consiste em números escritos nas subdivisões do mapa. Este tipo de mapa apresenta a vantagem de que o leitor possa perceber exatamente o que é a estatística. Por outro lado, tem como desvantagem o fato de ser difícil ler com rapidez os mapas projetados desta forma.

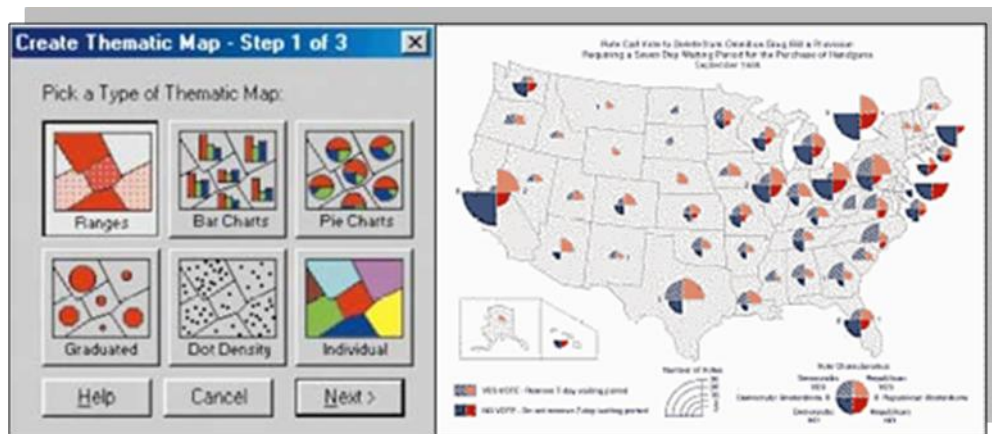


Figura 1 – Modelo de Mapa Estatístico.
Fonte: Harries (1999, p. 7).

Como se pode observar na Figura 1, os símbolos estatísticos são em geral gráficos de setores circulares, de barra, círculos graduados ou pontos que representam as contagens (e não a densidade) dos incidentes, colocadas nas subdivisões relevantes do mapa. Isso permite mapear diversas variáveis ao mesmo tempo. Exemplos incluem gráficos de barra representando tanto o crime quanto a pobreza, ou círculos graduados como os da Figura 1 mostrando a votação, no Congresso Nacional Norte-americano, de um projeto de lei anti-drogas que exige um período de espera de 7 dias para a compra de armas (HARRIES, 1999).

Como explica a supracitada autora, a primeira vista, os símbolos da Figura 1 parecem setores circulares, mas os segmentos circulares têm todos 90 graus. Este é, na realidade, um mapa de círculos graduados, no qual a área dos segmentos de 90 graus é proporcional ao número de votos a favor (parte superior do círculo) ou contra (parte inferior do círculo), sendo o lado esquerdo do círculo os votos dos democratas, e o direito, o dos republicanos.

O mapa em comento mostra dados tanto nominais (afiliação no partido e votos a favor/contra) quanto quantitativos (número de votos), bem como a localização dos votos por Estado. Embora a leitura deste mapa exija algum esforço, ele é rico em informações, e as apresenta em um contexto geográfico bastante claro.

Os mapas de símbolos graduados mais típicos utilizados na análise criminal são mostrados nas Figuras 2 e 3. Note que os pontos e círculos proporcionais podem ser combinados, quando este procedimento ajuda a passar as informações essenciais para os leitores e evita que o mapa fique sobrecarregado.

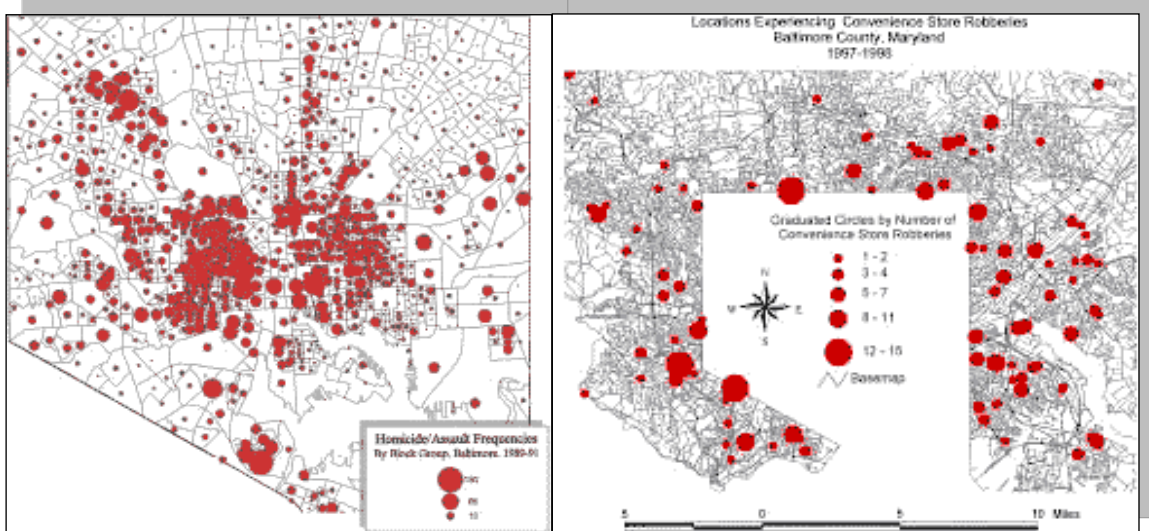


Figura 2 – Modelo de Mapa Estatístico com símbolos graduados.
 Fonte: Harries (1999, p. 7).

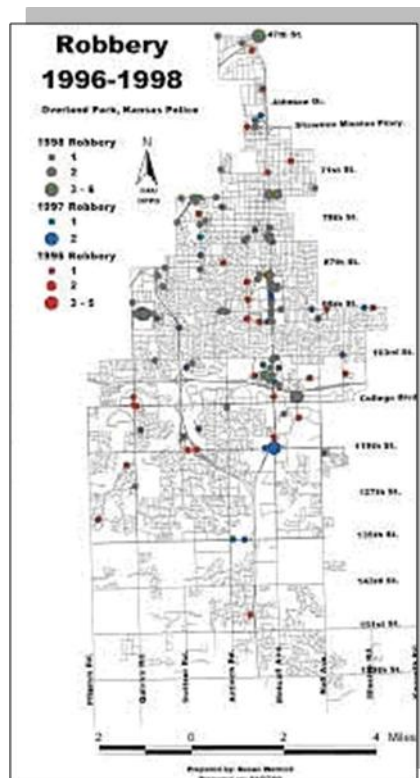


Figura 3 – Modelo de Mapa Estatístico com símbolos sólidos.
 Fonte: Harries (1999, p. 7).

A construção de mapa de símbolos pontuais (Figura 4), por seu turno, conforme Archela e Théry (2008, p. 1) “leva em conta os dados absolutos que são localizados como pontos e utiliza como variável visual a forma, a orientação ou a

cor”. Segundo os autores, “a disposição dos pontos nesse mapa cria uma regionalização do espaço formada especificamente pela presença/ausência da informação”.



Figura 4 – Modelo de Mapa com símbolos pontuais.
Fonte: Archela e Théry (2008, p. 1).

Esse tipo de mapa é adequado, por exemplo, quando se deseja ver as localizações precisas dos arrombamentos em determinado mês, quando se utiliza o mapa pontual de endereços dos incidentes.

Os mapas coropletos ou zonais (Figura 5) “são elaborados com dados quantitativos e apresentam sua legenda ordenada em classes conforme as regras próprias de utilização da variável visual valor por meio de tonalidades de cores”. Tais mapas são os mais adequados para representar distribuições espaciais de dados que se refiram as áreas (ARCHELA; THÉRY, 2008, p. 25).

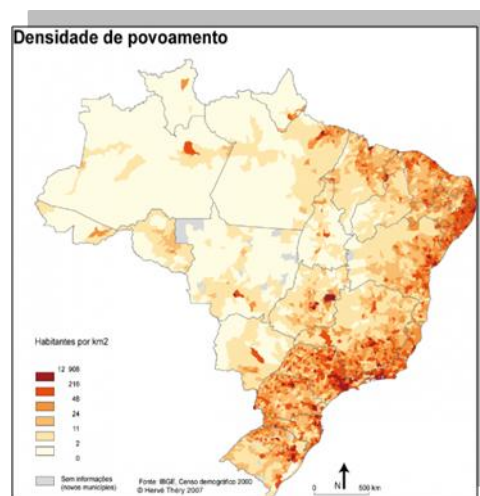


Figura 5 – Modelo de Mapa Coroplet.
Fonte: Archela e Théry (2008, p. 1).

De acordo com os mencionados autores, esse tipo de mapa é indicado para mostrar a distribuição das densidades demográficas, rendimentos (toneladas por hectare), ou índices expressos em percentagens, os quais refletem a variação da densidade de um fenômeno ou outros valores relacionados a mais de um elemento.

Exemplificando seu uso, tem-se a situação em que um membro do conselho municipal peça ao departamento de polícia um mapa que sintetize o número de incidentes de pichação por estrutura, de acordo com os bairros da cidade. Isso demanda um mapa coroplet, tendo como unidades geográficas as fronteiras entre os bairros (HARRIES, 1999).

Os mapas isolinhas (Figura 6), de acordo com Archela e Théry (2008), são construídos com a união de pontos de mesmo valor e são aplicáveis a fenômenos geográficos que apresentam continuidade no espaço geográfico.

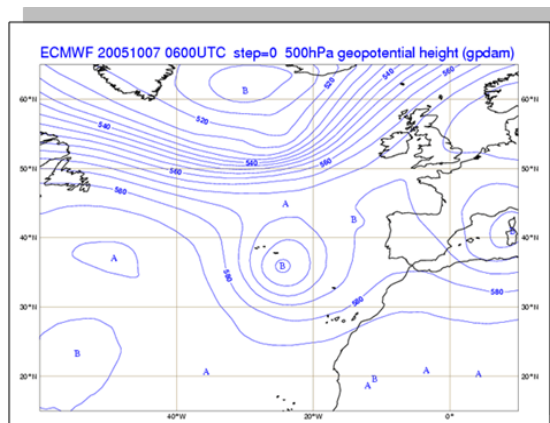


Figura 6 – Modelo de Mapa Isolinhas.
Fonte: Instituto de Meteorologia de Portugal (2005).

Ainda com base em Archela e Théry (2008), podem-se construir os mapas isolinhas a partir de dados absolutos de altitude do relevo; temperatura, precipitação, umidade, pressão atmosférica; distância-tempo, ou distância-custo e outros, como volume de água; também podem ser construídos a partir de dados relativos como densidades, percentagens ou índices. Um quadro geral do risco de crime e incidentes é melhor visualizado por meio de um mapa de isolinha.

Já os mapas lineares, ou de fluxo, “são representações lineares que tentam simular movimentos entre dois pontos ou duas áreas” (Figura 7) (ARCHELA; THÉRY, 2008, p. 33). De acordo com estes autores, “esses movimentos podem ser medidos em certos pontos ao longo das vias de comunicação ou entre duas áreas, na origem e no destino sem necessariamente especificar a via de comunicação”.

Eles ainda informam que “esse tipo de mapa mostra claramente em que direção os valores ou intensidades de um fenômeno crescem ou decrescem”.

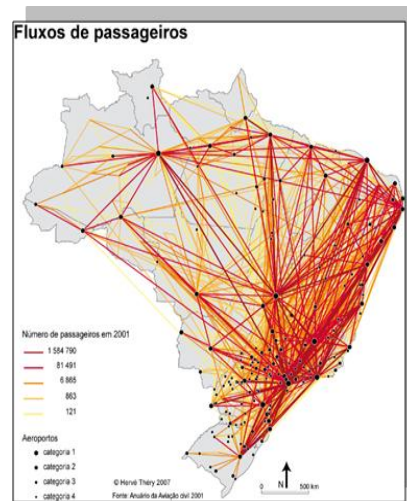


Figura 7 – Modelo de Mapa linear.
Fonte: Archela e Théry (2008, p. 1).

No campo da segurança pública, a conexão entre as residências da vítima e do criminoso demanda uma representação linear.

Como explica Harries (1999), devido à infinidade de combinações possíveis entre as condições relacionadas ao crime ilustráveis nos mapas, podem-se combinar tipos de mapas para aumentar a informação em um mesmo mapa. Podem-se combinar, por exemplo, dados nominais e de proporção, como um mapa coroplet do crime relacionado à droga por unidades de patrulha, e acrescentar a localização dos mercados de tráfico no mesmo mapa.

Todavia, a supracitada autora alerta que os mapeadores devem estar atentos ao potencial de se combinar os diferentes tipos de mapas temáticos, contanto que o resultado não fique sobrecarregado de informação, ou mesmo incompreensível; pois, um mapa sobrecarregado conterà tanta informação que a visão será incapaz de absorvê-la por completo. Isto impedirá que o leitor distinga entre o que é e o que não é importante.

Assim, sendo uma ferramenta multidisciplinar, o GIS pode ser aplicado em diversas áreas que tenham em comum o interesse por objetos georeferenciados, entre estas, a do combate ao crime. Nesse campo, o uso de informações geográficas juntamente com sistemas de informações pode ser a análise dos fatores ligados à criminalidade em uma região específica.

Ao se identificar onde um determinado crime está acontecendo em um GIS, pode-se entender, com a ajuda de informações georeferenciadas sobre a urbanização da região, os motivos que estão levando à ocorrência deste crime. Pode-se identificar, por exemplo, a falta de saneamento básico ou uma deficiência na iluminação como sendo indutores das ocorrências (FURTADO, 2002).

No âmbito da análise criminal, Harries (1999, p. 29) afirma “que o Mapeamento de Crimes, usando GIS, é parte integrante e disciplina substancial para a moderna análise criminal”. Para reforçar sua afirmação, este autor cita o exemplo histórico da Polícia de Nova Iorque que faz mapeamento desde os primeiros anos do século XX, inicialmente por meio do uso de pinos colocados sobre um mapa de papel emoldurado em uma parede.

De acordo com o mesmo autor, estes mapas de pinos mostravam onde os crimes ocorriam, mas com muitas limitações, inclusive para se manter um histórico sobre os padrões de crimes, haja vista que ao se atualizar os pinos, se perdia o histórico daquele padrão. Outra limitação mencionada por Harries (1999) era o fato de que a visualização dos diversos tipos de crimes, representados por pinos de diferentes cores, era dificultada quando uma quantidade representativa de crimes estava mapeada no quadro (Figura 8).



Figura 8 – Mapeamento do crime por meio de pinos coloridos.

Fonte: Superbi e Souza (2010).

Atualmente, já modernizada, a tecnologia GIS:

[...] permite o uso de pinos virtuais, representados na tela de um computador, sobrepostos a um mapa da região sob análise, ou mesmo outro tipo de representação gráfica (ícones e símbolos) com significados mais próximos daquilo que se quer mostrar (Figura 9), criando uma flexibilidade e maior capacidade de análise por parte do analista criminal (FILIPE, 2007, p. 29).

De acordo com este autor, solicitando-se que o sistema apresente apenas determinado tipo de crime, de imediato os outros desaparecem “da tela, e ainda o tipo escolhido pode ser filtrado por data, hora, localidade”, entre outros critérios, “facilitando a tarefa de se analisar ocorrências envolvendo estas variáveis” (FILIPE, 2007, p. 29).

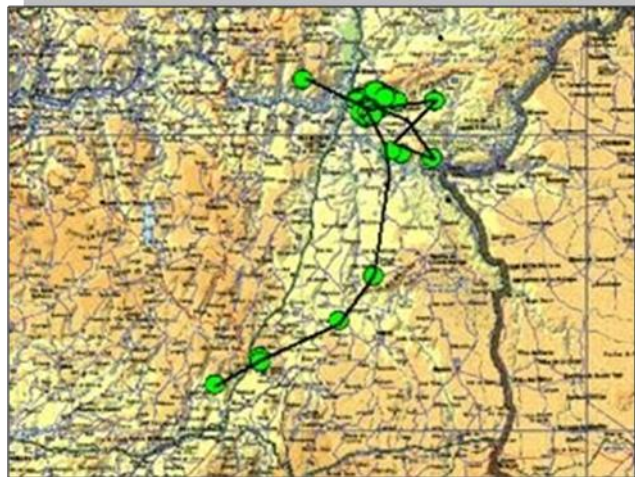


Figura 9 – Mapeamento do crime por meio de símbolos (GIS).
Fonte: Liz (2010).

Vale mencionar ainda, como parte do geoprocessamento, o *Global Positioning System* (GPS), nome genérico de uma série de satélites utilizados para navegação e medidas precisas de localização geográfica.

De acordo com Furtado (2002), um receptor GPS recebe dados de sua localização geográfica a partir dos satélites GPS (Figura 10) e esses dados podem assim serem integrados a um sistema de geoprocessamento, representando um apoio importante à cartografia digital.



Figura 10 – Transmissão de dados entre os segmentos do GPS
Fonte: Alves (2006).

O uso do GPS é cada vez mais generalizado e amplamente difundido nos mais diversos setores. Já se pode vê-los, por exemplo, em computadores dentro de viaturas (Figura 11) para auxiliar seus condutores a encontrar pontos de referências e melhores rotas para os endereços especificados.



Figura 11 – Utilização do GPS em viaturas da PMESP.

Fonte: Godoy (2010).

Vê-se, dessa forma, que os instrumentos da tecnologia da informação aliados ao geoprocessamento são particularmente relevantes no contexto da segurança pública e o são também para a criminologia ambiental, como se explica a seguir.

3.2.2 O geoprocessamento na criminologia ambiental

Na Criminologia Ambiental, por meio do geoprocessamento, se mapeiam os pontos estratégicos para se colocar o policiamento. O mapeamento criminal é um dos resultados obtidos com base em análises quantitativas das ocorrências policiais atendidas pela Polícia (FREITAS; VIEIRA, 2007). O resultado deste trabalho são mapas temáticos, nos quais se têm os crimes violentos de maior incidência indicados no lugar exato onde o fato delituoso aconteceu (MARTINS, 2006).

Desse modo, o mapeamento de zonas quentes permite a obtenção de informações da movimentação das manchas de criminalidade e os locais de maior probabilidade de cometimento de crimes.

Tais mapas devem ser concebidos de modo que qualquer usuário – policial ou não – possa efetuar, de forma intuitiva, uma série de consultas, envolvendo os

mais variados tipos de ocorrências, segundo natureza, período, bairros da cidade e endereço.

Devem ser produzidos marcadores visuais diferentes e de fácil identificação de acordo com a natureza das ocorrências, que permitam visualizar com facilidade, por exemplo, as ocorrências por bairro, num determinado bairro, em um determinado período de tempo.

Dessa forma, um furto de veículos pode aparecer com um marcador que mostre a figura de um veículo estilizado, as ocorrências com drogas podem ser representadas por uma seringa e assim por diante.

Acredita-se que o desenvolvimento desses mapas criminais, poderá contribuir para o planejamento estratégico em Segurança Pública (FREITAS; VIEIRA, 2007) por meio da análise espacial da distribuição das ocorrências policiais por Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP.

Esses mapas temáticos, com base em Rosette e Silva (2003), utilizariam como base de dados as informações obtidas principalmente junto às Polícias Militar e Civil do Estado da Bahia, que após serem analisadas e receberem tratamento estatístico, seriam georeferenciadas, contribuindo para a análise espacial da criminalidade e identificação das manchas criminais.

Vale mencionar que, não obstante as vantagens que apresenta no que tange ao combate ao crime, a utilização do geoprocessamento como ferramenta na segurança pública no Brasil e na Bahia ainda é muito incipiente. Poucos são os locais que dispõem dessa ferramenta e também poucas são as cidades do Estado que possuem mapas digitais capazes de atender às ferramentas de geoprocessamento disponíveis. Além disso, poucos policiais (civis ou militares) dominam a utilização dos *softwares* de geoprocessamento (BORNHOFEN; TENFEN, 2009).

Importa citar que o encontro anual da Conferência de Criminologia de Ambientes e Análise Criminal (ECCA) que ocorreu em 2009, em Brasília, foi um evento multidisciplinar que reuniu pesquisadores das mais diferentes áreas. O foco do ECCA foi estudar a criminalidade de uma forma abrangente ao considerar igualmente todo o ambiente em que um crime acontece (AGÊNCIA BRASIL, 2009).

Ao fazer isso, busca-se reduzir as oportunidades para ocorrência de crime. Alguns dos pesquisadores mais importantes dessa área estiveram em Brasília e discutiram sobre técnicas, métodos e teorias para esse contexto.

No evento, ocorreram sessões nas quais se discutiu a questão da simulação de crimes. A formulação de modelos matemáticos e cartográficos que pudessem auxiliar a reprodução de fenômenos ligados à criminalidade também foi um dos temas de pesquisa.

Para compreender o que significa ter uma visão mais ampla da criminalidade, vale exemplificar com um estudo do que os americanos chamam de “Journey to Crime” (Jornada do Crime). A ideia aqui é compreender o trajeto que um criminoso faz de sua moradia até o local em que o crime ocorreu. Ou seja, será possível estipular uma hipótese sobre a distância entre a casa dos homicidas e o local onde os mesmos ocorreram? Descoberta essa distância, pode-se buscar compreender o que caracteriza a rotina do autor e da vítima nesse trajeto e a convergência das mesmas no local do crime? Ao se analisar os dados de registros de crimes bem como os dados relativos à residência dos autores desses crimes, pode-se elaborar um perfil geográfico que indique qual é essa distância média (ROSSMO, 2000).

De acordo com o supracitado autor, nos Estados Unidos e na Inglaterra, muitos pesquisadores já realizaram estudos nesse sentido. Os resultados variam de crime a crime. Por exemplo, o trajeto de um homicida é normalmente pequeno, de três a cinco quarteirões. Já uma pessoa que comete um roubo, não o faz perto de sua residência, mas também não viaja distâncias grandes.

Infelizmente, no Brasil esses estudos ainda não ocorreram. Muito pelo fato de que os pesquisadores não têm dados disponíveis e confiáveis para realizar tal análise.

Nos modelos de simulação desenvolvidos, tem-se que assumir que a realidade brasileira é igual à norte-americana. No caso de homicídios o padrão americano parece se verificar aqui no Brasil, principalmente pelo fato de que a grande maioria de homicídios no País é por motivos fúteis entre pessoas que se conheciam.

O álcool, a violência doméstica, as rixas de vizinhança e brigas de gangues são exemplos de razões para homicídios que ocorrem próximo da residência de autores e de vítima. No caso de roubos, essa extrapolação é bem mais complexa de ser feita.

Embora a jornada do crime seja só um exemplo, a grande maioria dos estudos em desenvolvimento no contexto do ECCA requer análise de dados precisos e confiáveis. Para se ter uma ideia do que andam fazendo os

pesquisadores americanos, eles já coletam dados de pulseiras postas em prisioneiros que tiveram liberdade condicional.

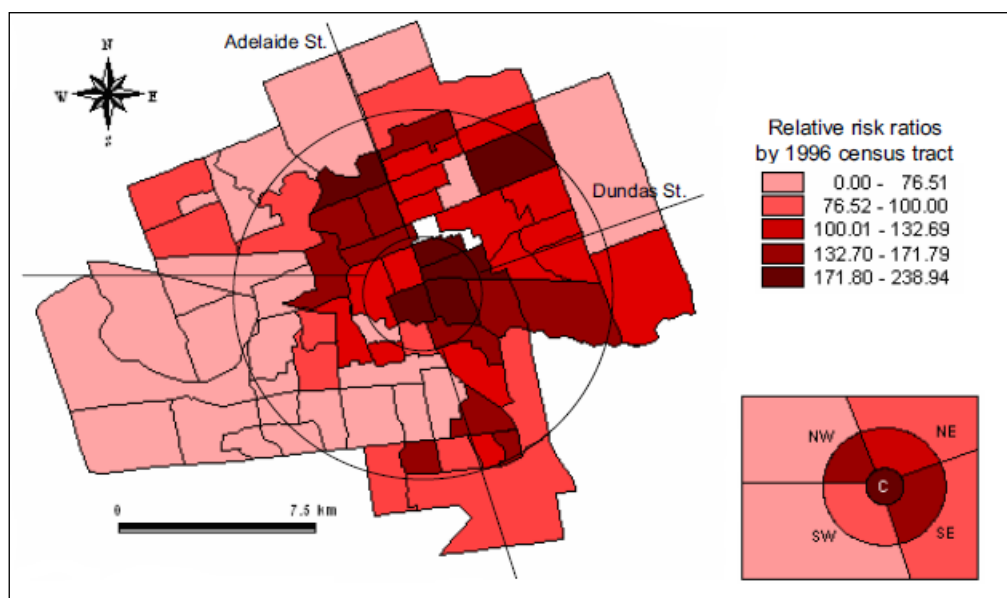
Podem assim analisar, em caso de reincidência, como é a jornada do crime não somente a partir dos pontos de saída (casa) e chegada (local do crime), mas todo o trajeto que o criminoso faz. A polícia brasileira poderá chegar a esse nível? É possível, mas para que isso aconteça os dados criminais têm que ser de acesso irrestrito a todos.

3.3 A RELAÇÃO ENTRE O MEIO AMBIENTE E O PADRÃO ESPACIAL DO CRIME

A criminalidade está enraizada nos centros urbanos, onde a ocupação desordenada do solo é uma tônica, constatando-se que aqueles que brigam pelos direitos de morar, vestir e comer convivem lado a lado com o crime.

Um estudo realizado por Malczewski, e Lannuzzi (2004) que teve por objetivo analisar o padrão espacial dos roubos residenciais em Londres, por meio da utilização de dados georeferenciados sobre tais incidentes (Figura 12), concluiu que os maiores riscos relativos de roubos residenciais foram encontrados na área central da cidade, tendendo a diminuir com o aumento da distância do centro da cidade.

Figura 12 - Mapa de riscos relativos de roubos residenciais em Londres, Ontário, com zonas e setores concêntricos sobrepostas (C = área central; NW = Noroeste; NE = Nordeste, SE = Sudeste; SW = sudoeste).



Fonte: Adaptado de Malczewski, Poetz e Lannuzzi (2004, p. 19).

Como ilustra a Figura 12, também encontraram outra característica distintiva do padrão espacial de roubos residenciais na divisão oeste-leste. A seção leste da cidade se caracterizava por elevados riscos de roubos residenciais. As relações entre o padrão espacial e as variáveis contextuais do bairro foram analisadas usando o padrão (global) de regressão múltipla e a regressão ponderada geograficamente. Com isso, os pesquisadores demonstraram que o padrão espacial de roubos residenciais estava significativamente relacionado com os padrões espaciais de características socioeconômicas.

Moraes (2007, p. 6) elenca alguns fatores ambientais condicionantes da criminalidade, entre os quais: a densidade populacional e o grau de urbanização local, bem como o tamanho da comunidade e de suas áreas adjacentes; a variação na composição do contingente populacional local, particularmente quanto à prevalência de estratos populacionais jovens e de indivíduos do sexo masculino; a estabilidade da população no que concerne à mobilidade de residentes locais da comunidade, seus padrões diários de deslocamento e presença de população transitória ou de não-residentes; os meios de transporte localmente disponíveis e sistema viário local; condições econômicas, incluindo renda média, nível de pobreza e disponibilidade de postos de trabalho; os aspectos culturais, educacionais, religiosos e oportunidades de lazer e entretenimento; o clima local; a efetividade das instituições policiais locais; a ênfase diferenciada das polícias locais nas funções operacionais e administrativas da instituição.

Com isso, Moraes (2007) indica elementos, ou características, que podem favorecer a concentração de certos tipos de crimes em determinados locais, em detrimento de outros com características diferentes. Nesse sentido, Silva Filho (2008, p. 1) observa que:

Os crimes e outros incidentes de interesse policial - acidentes de trânsito, por exemplo - têm vinculação direta com as características físicas e sociais dos locais onde ocorrem como as rotinas de pessoas ou do comércio, com a presença de objetos de interesse de criminosos, além de fatores que influenciam o comportamento dos infratores como bares irregulares, casas de lazer noturno, terrenos baldios etc. Particularidades características dos locais, portanto, também fazem parte da compreensão dos fenômenos criminais, por oferecer benefícios, alvos preferenciais e condições de risco confortáveis para as ações ilegais. (grifo nosso)

Daí infere-se que o planejamento de intervenções nos locais indicados pelo mapeamento do crime (georreferenciamento), no sentido de modificar suas características ambientais, é fundamental para a redução da criminalidade nos locais apontados. Por exemplo: pode-se intensificar a iluminação; revitalizar áreas pouco movimentadas; tornar regular o comércio local; entre outras.

No que tange a relação entre o meio ambiente e o padrão espacial do crime, Silva Filho (2008, p. 1) a estabelece ao conceituar o que denomina “ecologia do crime”. Para o autor, este conceito se fundamenta:

[...] no entendimento de que o comportamento dos criminosos é baseado em certas rotinas e hábitos ajustados às oportunidades, benefícios e riscos do ambiente onde atuam. Suas ações, portanto, são decididas a partir dos padrões locais de atividades humanas que produzem vítimas em potencial ou oferecem alvos para serem atacados. Se uma área oferece oportunidades, inclusive pela deficiente ação de vigilância, privada ou policial, há a propensão de relativa fixação dos delinquentes no local, inclusive por conhecer pessoal de apoio, vias de fuga, esconderijos e disfarces apropriados. A constância do comportamento de cada tipo de predador à espreita de certos tipos de alvos os torna relativamente previsíveis, favorecendo a elaboração de táticas mais eficazes de redução dos crimes de cada localidade (SILVA FILHO, 2008, p. 1). (grifo nosso)

Pode-se afirmar, deste modo, que o conceito de “Ecologia do crime” formulado por Silva Filho (2008) está intimamente ligado ao objeto de estudo da Criminologia Ambiental e seus fundamentos.

Quanto à organização do espaço urbano, cabe dizer que, de um modo geral, este universo foi mapeado por meio da especulação imobiliária, traçando os contornos das urbes, criando áreas infraestruturadas e outras legadas ao desprezo, sendo nestas onde convivem as classes mais baixas da população, numa desprezível tentativa de aproveitar os menores espaços disponíveis.

Vê-se que a exclusão social associada às condições de pobreza, a má distribuição de riquezas, ao sentimento de impunidade, à falta de políticas sociais, entre outros, contribuem para a explosão de violência e criminalidade que assombram os diversos países, entre os quais o Brasil.

A Bahia não está excluída dos cenários brasileiro e mundial. Vê-se o crescimento do crime organizado, a pulverização do tráfico de drogas, os números alarmantes de homicídios, a sensação de impunidade por parte dos criminosos, o

aumento do crime contra o patrimônio, a morte de policiais em confronto, ou não, com criminosos, entre outros fatores criminais incidentes em estatísticas.

Existem neste Estado, como em outras partes do país, movimentos “organizados” para invasão de terras. Sendo elas produtivas ou não. Tudo com o apoio dos entes governamentais. Do mesmo modo, observam-se as questões dos crimes ambientais, da prostituição infantil, da pistolagem, do roubo de cargas, roubo e furtos de veículos, tráfico de drogas, tráfico de armas e munições, crimes contra a propriedade intelectual – pirataria, contrabando e descaminho, entre outros, estão presentes em todo território baiano.

No contexto descrito, o Projeto de Segurança Pública para o Brasil, elaborado pelo Governo Federal, traz um diagnóstico real e mensurado dos fenômenos que contribuem como crescimento e a permanência dos indicadores de violência e criminalidade no país.

Na Bahia buscam-se, incessantemente, soluções para a diminuição desses índices. Mas, quaisquer que sejam as medidas e providências que se adotem, devem partir, também, do estudo do ambiente onde se desenvolve o fenômeno da criminalidade, a fim de compreender os fatores que estão contribuindo para a formação do quadro atual de violência.

3.3.1 Dados estatísticos de segurança no Brasil e na Bahia

Atualmente a Secretaria da Segurança Pública coleta os dados criminais para sua tomada de decisões acerca das políticas – corretivas – de segurança pública por meio do Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP) - órgão da estrutura da Polícia Civil, criado pela Lei nº 7.435 de 30 de dezembro de 1998, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 7.623 de 25 de junho de 1999, que tem por finalidade reunir, organizar e manter informações estatísticas, documentos e registros relativos às ocorrências policiais e infrações penais de interesse da investigação criminal em todo o Estado da Bahia.

Em Salvador e Região Metropolitana os dados relativos às ocorrências policiais são coletados diariamente nas delegacias de Polícia, por meio do Sistema de Geografia e Estatísticas – SGE, alimentando os dados do CEDEP, o que permite um melhor acompanhamento do comportamento da criminalidade.

3.3.1.1 A criminalidade no Brasil

No Brasil, cada um dos poderes tem responsabilidade na defesa do Estado de Direito, apesar de serem independentes entre si, o Executivo com programas e políticas, que procurem definir o problema e suas particularidades regionais, o Legislativo com projetos de leis possam dar maior eficiência nas ações de combate à criminalidade, porém com isenção, isto é, não legislando para causas particulares e resquícios de fatos passados, mas sim, com objetivos específicos que venham a dar uma boa solução para o problema.

O Poder Judiciário, buscando junto aos governos, melhores condições nas execuções penais, leis melhores elaborados, que não beneficiem os delinquentes na hora do julgamento ou durante o processo, deixando muitas vezes de penalizar o verdadeiro infrator, colocando a sociedade a mercê de seus atos criminosos.

Tal situação tem colocado o judiciário muitas vezes, como vilão, pois em muitos casos passa a visão para sociedade de que: A polícia faz seu papel, prende o delinquente, porém o judiciário solta. No mundo jurídico se não houver leis consistentes, esta situação sempre irá se repetir.

No caso da polícia, com a mídia divulgando somente fatos negativos com bastante sensacionalismo, a polícia foi estigmatizada como violenta e corrupta, ainda hoje é colocado em questão se o policial é violento ou a polícia é violenta, não dando importância a comparação entre as dimensões de casos de violência policial e de conduta legal, ou ainda dos números de ações perfeitas da polícia.

Assim, cabe às polícias e aos três Poderes avaliarem este contexto e desenvolverem planos que melhorem este aspecto negativo, pois o que se vê hoje é que, em muitos casos, o delinquente é mais valorizado que o policial em uma ação legítima. Acredita-se que isso ocasiona um incentivo ao delinquente e uma desmotivação para os bons profissionais da área de segurança pública, que com certeza é a grande maioria com uma considerável proporção.

Nesse contexto, a análise criminal aliada à criminologia ambiental e aos estudos realizados com a ajuda do geoprocessamento de informações podem contribuir para a adoção de princípios norteadores no campo da política de segurança pública, abrindo um leque de práticas preventivas que significam o abandono de um modelo violento, e que se coadunem com as normas inscritas na Constituição brasileira.

No que tange ao trabalho na segurança pública, somente com informações precisas e na hora certa é possível monitorar o progresso na direção dos objetivos e transformar planos em realidade. Do mesmo modo, a informação certa, no formato adequado e na hora certa podem mostrar oportunidades ou ameaças que levem à tomada de decisões importantes para o sucesso de qualquer empreendimento.

Baseada nessa premissa, no ano 2000, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, realizou uma pesquisa sobre o quadro da violência no Brasil, em termos de dados estatísticos de alguns crimes como homicídio, roubo, e outros que foram analisados pelo sociólogo Túlio Kahn que concluiu que os Estados mais violentos do Brasil são: São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Amapá e Rondônia, na ordem do mais violento (VOMERO, 2002).

Até então não havia um estudo abrangente e detalhado no Brasil, então esse estudo foi inédito, realizado pelo referido sociólogo brasileiro, coordenador de pesquisas do centro das Nações Unidas responsável pelo combate à violência na América Latina. Para chegar a essa conclusão, Túlio utilizou esses dados divulgados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que, também pela primeira vez, contabilizou as taxas estaduais de dez tipos diferentes de crime, do homicídio ao atentado ao pudor.

Com os resultados desse trabalho (vistos na Tabela 1), o governo federal planejou uma política de segurança com objetivo de dar maior eficiência ao sistema de segurança pública. Ressalte-se que, antes, o único instrumento para determinar como a secretaria distribuiria seus recursos era a taxa de homicídios, o que deixava de fora outros crimes que também precisam ser combatidos, e demonstrava a falta do órgão federal de conhecimento na área do qual se dizia especialista. “O problema é que todo índice de homicídio inclui os crimes passionais, pouco relacionados com a dinâmica criminal” (VOMERO, 2002, p. 1). Conforme esta autora, diz Túlio: “O conjunto dos dez indicadores permite traçar um retrato bem mais fiel da situação de violência no Brasil”.

Tabela 1 - Estados mais violentos do país de acordo com o ranking de alguns crimes por 100 000 habitantes ao longo de um ano, 2000.	
HOMICÍDIOS	
Amapá	48,13
Espírito Santo	47,10
Pernambuco	45,09
Rio de Janeiro	36,38
Rondônia	35,13
ROUBOS**	
Distrito Federa	1 898,3
São Paulo	582,1
Rio Grande do Sul	487,7
Amapá	427,0
Rio de Janeiro	359,3
FURTOS**	
Distrito Federal	1941,35
Amapá	1739,23
Santa Catarina	1681,63
Rio Grande do Sul	1669,17
Goiás	1101,08
SEQÜESTRO***	
São Paulo	63
Pernambuco	49
Rio Grande do Sul	37
****Minas Gerais	21
Rio Grande do Norte	9

** Não inclui veículos

*** Não inclui sequestros-relâmpagos

**** Dados apenas da capital

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública, Dados de 2000.

Ficou claro no mencionado estudo que, no período estudado, as três unidades federativas com maior criminalidade eram também três das mais ricas do país: São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul.

Todas apresentam altas taxas de crimes contra o patrimônio, conhecidos como “crimes de oportunidade”, pois geralmente são realizados em áreas urbanas em que são facilmente notados maiores acúmulos de bens, por isso chama atenção de quem quer roubar ou furtar, fato que não acontece com as regiões mais pobres.

Porém, deve-se ressaltar que nessas regiões mais ricas, também há os bolsões de miséria, resultado de um crescimento desordenado e sem desenvolvimento. “Uma consequência indesejada do desenvolvimento desordenado e desigual dos grandes centros urbanos é o aumento da criminalidade. A grande massa que se aglutina em torno das cidades mais ricas não se beneficia do crescimento econômico” (VOMERO, 2002, p. 1).

Essa conclusão, não foi acatada quando se verificam os dados de Estados com menores recursos econômicos e menor desenvolvimento, como é a situação do Amapá e Rondônia, os outros dois Estados que foram considerados de “alta criminalidade”. Ambos ficam em regiões pouco desenvolvidas, sem recursos abundantes. Foi mencionado que a criminalidade destes Estados era maximizada pelo tráfico de drogas.

O que surpreendeu foi os Estados como Rio de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo que são sempre veiculados pela mídia como Estados violentos, não aparecerem entre os mais violentos do Brasil, pelos critérios adotados na mencionada pesquisa.

Daí concluir-se que esses Estados, embora os três tenham índices altíssimos de homicídios, principalmente nas capitais, estão na média nacional quando se trata de englobar todos os delitos criminais. O Estado de Mato Grosso, não apareceu no quadro, como uns dos Estados do país com altos índices de ocorrências.

Também o pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz, vem publicando um estudo denominado “Mapa da Violência” desde 1998, com histórico, características e tendências da violência homicida no país, além de informações de óbitos disponibilizadas pela Base de Dados Nacional do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

Naquele primeiro estudo, o referido pesquisador pretendeu “realizar uma leitura social das mortes violentas da juventude brasileira”, pois considerava já naquela “época que as mortes por causas violentas representavam a ponta do iceberg de uma situação de violência bem mais generalizada, que ceifava e vitimava a juventude do país” (WAISELFISZ, 2010, p. 7).

Pois bem, ao elaborar o Mapa da violência de 2004, Waiselfisz (2010) percebeu um novo fenômeno que lhe chamou a atenção: é que até 1999 os polos dinâmicos da violência localizavam-se nas grandes capitais e grandes metrópoles e a partir de 2004, nessas áreas, seu crescimento estagnou, mas começou a acelerar no interior dos estados. Como se tratava de um fenômeno muito recente, ele supôs que aquilo poderia ser um fato meramente circunstancial; porém, o estudo realizado em 2005 deixou isso bastante evidente, pelo que o fenômeno recebeu a denominação de “interiorização da violência”.

Importa explicar porque se utilizam as mortes por homicídio como indicador geral de violência na sociedade. Os argumentos que podem responder a essa questão são: primeiro, a violência cobre um espectro significativamente mais amplo de comportamentos do que as mortes por homicídio. A morte revela, de *per si*, a violência levada a seu grau extremo. Da mesma forma que a virulência de uma epidemia é indicada, frequentemente, pela quantidade de mortes que origina, também a intensidade nos diversos tipos de violência guarda relação com o número de mortes que provoca; segundo, não existem muitas alternativas, haja vista que os registros de queixas de outras formas de violência são limitados.

Por outro lado, no campo dos óbitos, conta-se com um Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) que centraliza informações sobre as mortes em todo o país. As mortes violentas por homicídios compõem o grupo de agressões intencionais fatais.

Nessa perspectiva, na década 1997/2007, o número total de homicídios registrados pelo SIM passou de 40.507 para 47.707, representando um incremento de 17,8% (WAISELFISZ, 2010).

O Gráfico 1, elaborado por este autor, permite visualizar que o número de homicídios cresceu sistemática e significativamente até o ano de 2003, com incrementos elevados: em torno de 5% ao ano. Já em 2004, essa tendência se reverte, quando o número de homicídios cai 5,2% em relação a 2003. Essa queda pode ser atribuída às políticas de desarmamento desenvolvidas a partir de 2003. As quedas continuam ao longo de 2004, mas a partir desse ano os números absolutos começam a oscilar: elevam-se em 2006 e caem novamente em 2007.

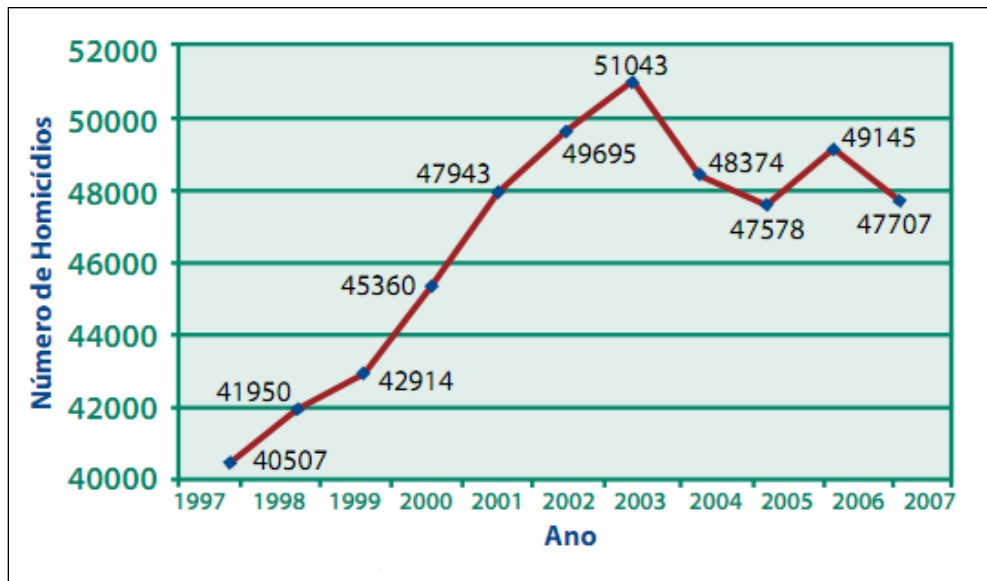


Gráfico 1 - Evolução do número de homicídios. Brasil, 1997/2007.
 Fonte: Waiselfisz (2010, p. 17).

Focando na situação e evolução nas grandes regiões do país, ou nas Unidades da Federação, o supracitado autor reuniu dados que permitiram a construção da Tabela 2, que mostra um panorama bem mais complexo e heterogêneo, no qual fica evidenciado o crescimento no volume de homicídios.

Em todas as regiões do país, o ritmo de crescimento foi significativamente superior à média nacional de 17,8%, com destaque para as regiões Norte e Nordeste. Também o Sul mostrou um expressivo aumento (62,9%) no número de homicídios e no Centro-Oeste, os homicídios cresceram em ritmo menor (33,8%), mas também acima da média nacional. Mas é na região Sudeste onde foi encontrada a maior polarização. Assim, veja-se:

Tabela 2 – Número de homicídios na população total por UF e região. Brasil, 1997-2007.

UF/Região	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Δ%
ACRE	100	109	51	108	122	151	135	115	125	155	133	33,0
AMAPÁ	137	163	193	155	184	181	190	173	196	203	171	24,8
AMAZONAS	467	536	527	557	483	512	561	523	598	697	711	52,2
PARÁ	746	769	637	806	955	1.186	1.383	1.522	1.926	2.073	2.204	195,4
RONDÔNIA	357	489	434	466	565	606	559	562	552	589	435	21,8
RORAIMA	90	132	154	128	107	121	106	83	94	110	116	28,9
TOCANTINS	121	136	148	179	223	180	225	205	202	236	224	85,1
NORTE	2.018	2.334	2.144	2.399	2.639	2.937	3.159	3.183	3.693	4.063	3.994	97,9
ALAGOAS	642	585	552	724	836	989	1.041	1.034	1.211	1.617	1.839	186,4
BAHIA	1.975	1.251	890	1.223	1.579	1.735	2.155	2.255	2.823	3.278	3.614	83,0
CEARÁ	1.021	941	1.108	1.229	1.298	1.443	1.560	1.576	1.692	1.793	1.936	89,6
MARANHÃO	320	266	251	344	536	576	762	696	903	925	1.092	241,3
PARAIBA	491	454	404	519	490	608	620	659	740	819	861	75,4
PERNAMBUCO	3.710	4.428	4.200	4.276	4.697	4.431	4.512	4.173	4.307	4.478	4.560	22,9
PIAUI	153	141	131	234	279	315	316	347	386	437	406	165,4
RIO GRANDE DO NORTE	237	223	226	251	316	301	409	342	408	450	594	150,6
SERGIPE	190	176	338	416	532	549	473	464	492	597	526	176,8
NORDESTE	8.739	8.465	8.100	9.216	10.563	10.947	11.848	11.546	12.962	14.394	15.428	76,5
ESPIRITO SANTO	1.426	1.692	1.543	1.449	1.472	1.639	1.640	1.630	1.600	1.774	1.885	32,2
MINAS GERAIS	1.307	1.471	1.546	2.056	2.344	2.977	3.822	4.241	4.208	4.155	4.103	213,9
RIO DE JANEIRO	7.966	7.570	7.249	7.337	7.352	8.321	7.840	7.391	7.098	7.122	6.313	-20,8
SÃO PAULO	12.552	14.001	15.810	15.631	15.745	14.494	13.903	11.216	8.727	8.166	6.234	-50,3
SUDESTE	23.251	24.734	26.148	26.473	26.913	27.431	27.205	24.478	21.633	21.217	18.535	-20,3
PARANÁ	1.586	1.633	1.698	1.766	2.039	2.226	2.525	2.813	2.981	3.095	3.112	96,2
RIO GRANDE DO SUL	1.633	1.514	1.523	1.662	1.848	1.906	1.900	1.963	2.015	1.964	2.174	33,1
SANTA CATARINA	415	399	381	423	460	572	653	632	616	656	632	52,3
SUL	3.634	3.546	3.602	3.851	4.347	4.704	5.078	5.408	5.612	5.715	5.918	62,9
DISTRITO FEDERAL	668	720	723	770	774	744	856	815	745	769	815	22,0
GOIÁS	695	636	800	1.011	1.102	1.275	1.259	1.427	1.398	1.410	1.426	105,2
MATO GROSSO	767	846	825	996	986	963	929	867	907	899	892	16,3
MATO GROSSO DO SUL	735	669	572	644	619	694	709	650	628	678	699	-4,9
CENTRO-OESTE	2.865	2.871	2.920	3.421	3.481	3.676	3.753	3.759	3.678	3.756	3.832	33,8
BRASIL	40.507	41.950	42.914	45.360	47.943	49.695	51.043	48.374	47.578	49.145	47.707	17,8

Fonte: Waiselfisz (2010, p. 19).

Nota-se que nas regiões Norte e Nordeste, os índices de crescimento de homicídios nos Estados do Maranhão, Pará e Alagoas levam o número de homicídios da década analisada quase a triplicar. Do mesmo modo, os Estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe mostram elevados índices de crescimento. No

Sul, os homicídios crescem notadamente no Estado do Paraná. Na região Sudeste, a situação mais grave foi a de Minas Gerais, onde os homicídios mais que triplicaram. Já São Paulo apresentou quedas expressivas e sistemáticas a partir de 1999. No final da pesquisa, Maceió, Recife e Vitória lideram, em 2007, as capitais pelas suas taxas de homicídio.

Segundo Madeiro (2011, p. 1), em 2009, o número de homicídios na região Nordeste “saltou para 14.647 e fez com que a região alcançasse, pela primeira vez, a liderança nacional absoluta, concentrando-se 2/3 deste número nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia. A taxa de homicídios dessa região supera em 40% a média nacional - 36,5 para cada 100 mil habitantes, contra 25 do país”. Na região Sudeste, no mesmo ano, esse número alcançou 13.327, abaixo do registrado pelo Nordeste. Saliente-se que, “apesar de ficar abaixo, o Sudeste tem população 51% maior que o Nordeste (80,3 milhões contra 53 milhões, segundo o Censo 2010)”.

Com base no Anuário 2010 do Fórum de Segurança Pública, Madeiro (2011) construiu a Tabela 3:

Tabela 3 – Números da violência no Nordeste.

VIOLÊNCIA NO NORDESTE				
	2004	2009	Aumento	Taxa*
Alagoas	983	1.998	103,2%	63,3
Bahia	2.844	4.375	53,8%	29,9
Ceará	1.344	2.212	64,5%	25,9
Maranhão	560	714	27,5%	11,2
Paraíba	679	1.176	73,1%	31,2
Pernambuco	3.989	3.750	-6%	42,6
Piauí	213	269	26,2%	8,6
Rio Grande do Norte	393	646	64,3%	20,6
Sergipe	453	582	28,4%	28,8
Nordeste	9.288	14.647	57,6%	36,5

Fonte: Madeiro (2011, p. 1).

Gomes (2011), baseado no Mapa da Violência 2011, relata que em relação à idade, a faixa-etária mais propícia a ser vítima de homicídio é a de 15 a 24 anos. As

regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste os homicídios foram responsáveis por mais de 40% dos óbitos juvenis, ficando acima da média nacional.

Figura 13 – Mapa da Violência do Brasil, conforme pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública.



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Outra característica marcante do perfil dos homicídios, encontrada nos estudos de Waiselfisz (2010), é sua relação com a cor/raça das vítimas. Os negros no país morrem quase duas vezes mais do que os brancos. A diferença de homicídios entre negros e brancos é maior na região Nordeste - onde a proporção é de 1 branco para cada 10 negros vítimas de homicídio. Em relação ao sexo das

vítimas, mantém-se a tendência já verificada em outros estudos multidimensionais. As mulheres são menos vítimas de homicídios que os homens.

Vê-se, portanto, no país como um todo, que houve um aumento nos números absolutos e também nas taxas por 100 mil habitantes, além do que, foi possível notar que os homicídios mencionados têm cor, sexo e idade, ou seja, ele não é distribuído de forma homogênea pela população, sendo alguns grupos sociais, mais vulneráveis a serem vítimas. Todo o exposto permitiu perceber que o Estado da Bahia vem apresentando há muitos anos uma incidência muito grande desta prática delituosa.

3.3.1.2 A criminalidade na Bahia

Como cita Bastos Neto (2006, p. 186), o relatório “A outra face da moeda: violência na Bahia”, após acompanhar o número de homicídios na cidade do Salvador, entre 1996 e 1999, revelou que no mesmo período, na guerra da Iugoslávia, constatou-se que enquanto na guerra morreram 2.076 pessoas, em Salvador, foram mortas 4.248 pessoas”. Este mesmo autor atribui à ausência do poder público, ou mesmo à sua irresponsabilidade, a responsabilidade pela indução à marginalidade barata.

A Bahia, Estado brasileiro que se destaca no cenário nacional pela sua importância histórica e pela sua beleza natural, ocupa uma das posições principais no turismo do país e, apesar da atuação dos seus órgãos de segurança pública, tem apresentado estatísticas criminais de relevância, principalmente no que tange a prática de homicídios.

Podem ser considerados como fatores que contribuem para a prática desse delito em suas diversas modalidades o fato do Estado ser uma porta de entrada para o tráfico, que se constitui um dos principais fatores para a prática deste delito em suas diversas modalidades, bem como a má distribuição de renda da população que, de certa forma, contribui bastante para prática de outros delitos, como assalto e roubos dos mais diversos.

Além disso, cabe observar que também o crescimento desordenado da população veio a comprometer a atuação dos órgãos de segurança pública, que não atendem em termos de proporção ao que foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), sobre se ter um Policial de serviço para assistir a cada 200

habitantes, o que destoa bastante da realidade da Bahia, onde, para uma população de aproximadamente 14.016.906 habitantes (IBGE, 2010), existe um efetivo policial militar de aproximadamente 30.000 mil homens, o que resulta numa proporção de um PM para cada grupo de aproximadamente 468 habitantes.

Vale mencionar, no que tange a Polícia Civil, que os números são ainda menores, sendo que em 2013 seu quadro funcional conta com apenas 896 Delegados de Polícia, 3.396 Investigadores e 984 Escrivães, para todo o Estado.

Na Tabela 4, tem-se o registro dos principais tipos de ocorrências policiais em Salvador, no período de 01/01 a 31/12/2012, onde se observa que aproximadamente 46,68% deles correspondem a roubo de veículos.

Tabela 4 – Ocorrências policiais em Salvador-BA, jan - dez/2012.

Registros	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total p/ tipo de delito
Homicídio doloso	145	179	136	141	116	100	126	131	132	115	127	128	1576
Tentativa de homicídio	99	164	103	88	82	77	85	90	78	81	68	96	1111
Estupro	45	33	49	65	68	59	45	48	61	61	51	38	623
Latrocínio	3	3	2	2	4	2	2	2	3	3	4	2	32
Roubo a ônibus	139	208	179	183	136	121	105	118	74	112	137	115	1627
Furto de veículo	132	128	119	112	140	144	136	108	102	105	129	127	1482
Roubo de veículo	438	664	605	617	654	571	600	517	432	543	577	525	6743
Uso/Porte subs.													
Entorpecente	167	66	102	106	98	78	88	89	132	119	75	131	1251
Total mensal	1168	1445	1295	1314	1298	1152	1187	1103	1014	1139	1168	1162	14445

Fonte: Polícia Civil da Bahia – CDEP.

Os dados da Tabela 4 são facilmente visualizáveis no Gráfico 2.

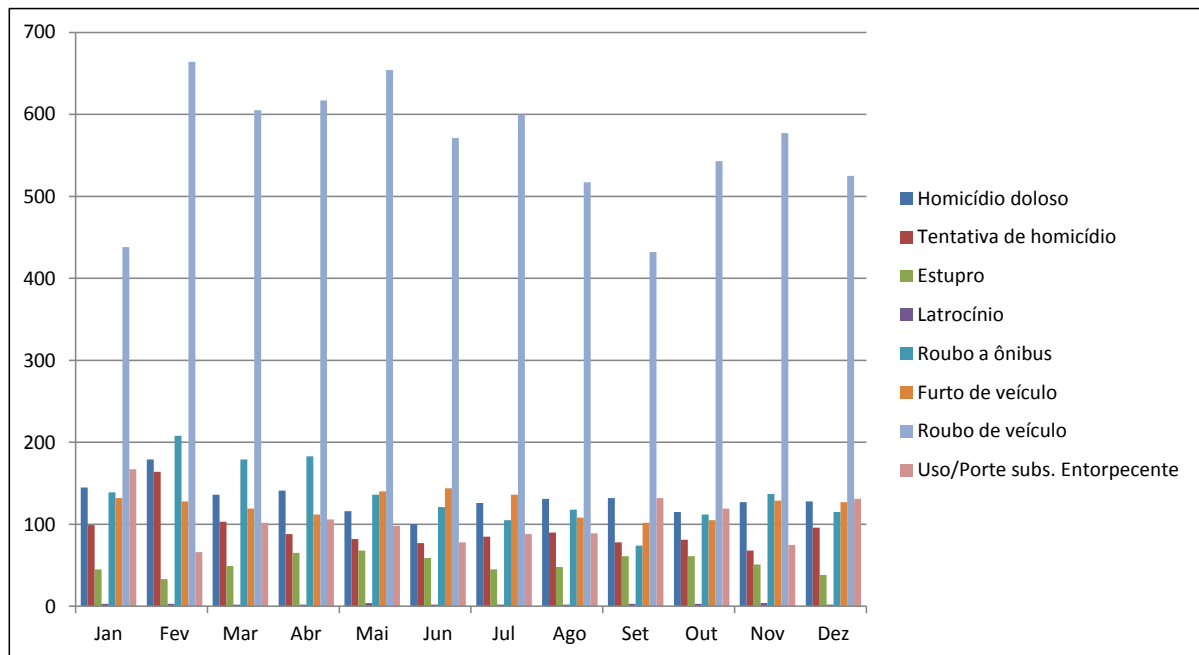


Gráfico 2 - Ocorrências policiais em Salvador-BA, jan - dez/2012.

Fonte: Elaboração do autor, adaptado de PCBA/CDEP.

No que diz respeito à Região Metropolitana de Salvador (RMS), no mesmo período (jan./dez. 2012), foram observados registros de ocorrências policiais conforme números mostrados nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 - Ocorrências policiais na RMS, jan - dez/2012.

Registros	M. de São João	Pojuca	S. Francisco do Conde	S. Sebastião do Passé	Simões Filho	Vera Cruz	Total p/ tipo de delito
Homicídio doloso	64	27	16	22	174	20	323
Tentativa de homicídio	11	16	23	16	84	20	170
Estupro	14	8	3	9	40	7	81
Latrocínio	0	3	3	0	3	0	9
Roubo a ônibus	4	8	0	1	36	0	49
Furto de veículo	3	5	2	3	40	6	59
Roubo de veículo	39	45	29	66	36	14	229
Uso/Porte subs. Entorpecente	13	6	2	22	20	27	90
Total p/ município	148	118	78	139	433	94	1010

Fonte: Elaboração do autor, adaptado de PCBA/CDEP.

Nesse primeiro grupo de municípios, pode-se perceber que o município de Simões Filho se destacou tanto em número de ocorrências quanto em número de homicídios dolosos, estes últimos classificados como crimes violentos letais

intencionais (CVLI), seguida pelo município de Mata de São João. Visualiza-se esta informação no Gráfico 3.

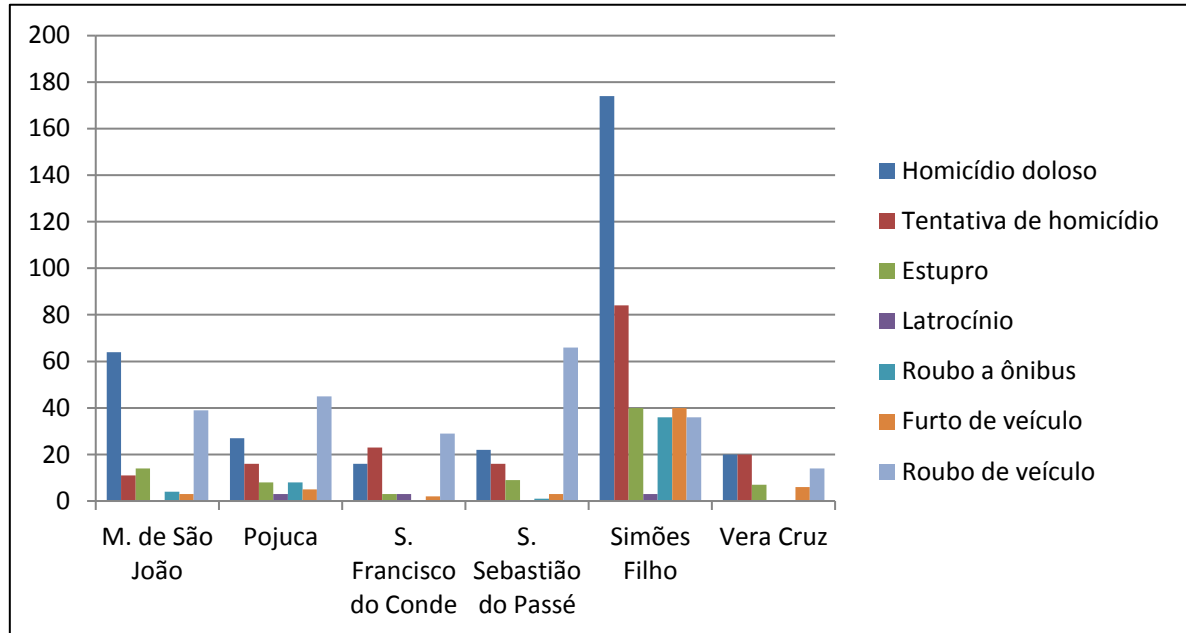


Gráfico 3 - Ocorrências policiais na RMS, jan - dez/2012.

Fonte: Elaboração do autor, adaptado de PCBA/CDEP.

No segundo grupo de municípios, cujos dados estão na Tabela 6, percebe-se o destaque do município de Camaçari em número de homicídios (CVLI), seguida de Lauro de Freitas, não obstante o município que tenha registrado mais ocorrências tenha sido este último. Veja-se esta informação ilustrada pelo Gráfico 4.

Tabela 6 - Ocorrências policiais na RMS, jan - dez/2012.

Registros	Camaçari	Candeias	Dias D'Ávila	Itaparica	L. de Freitas	M. de Deus	Total p/ tipo de delito
Homicídio doloso	201	70	54	15	140	12	492
Tentativa de homicídio	67	66	24	19	104	7	287
Estupro	58	16	14	4	52	3	147
Latrocínio	10	1	1	2	4	0	18
Roubo a ônibus	21	8	11	0	105	4	149
Furto de veículo	73	22	24	4	83	8	214
Roubo de veículo	416	123	88	3	523	1	1154
Uso/Porte subs. Entorpecente	52	30	16	31	154	39	322
Total p/ município	898	336	232	78	1165	74	2783

Fonte: Elaboração do autor, adaptado de PCBA/CDEP.

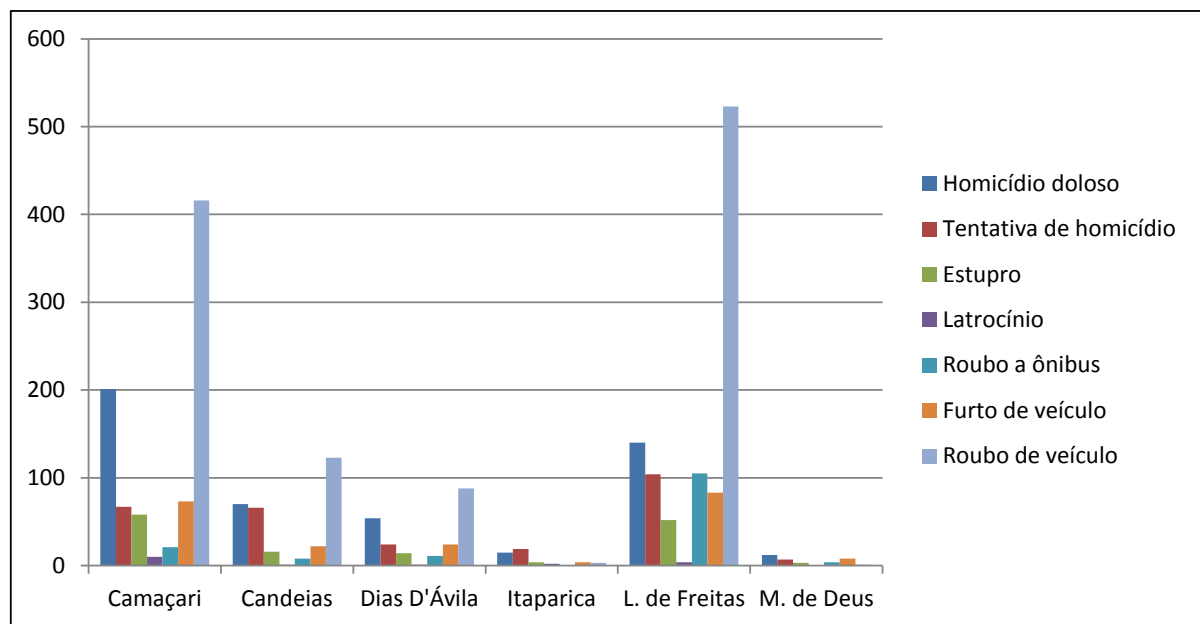


Gráfico 4 - Ocorrências policiais na RMS, jan - dez/2012.

Fonte: Elaboração do autor, adaptado de PCBA/CDEP.

Vale comentar que, no que se refere ao município de Simões Filho, objeto de estudo deste trabalho, de janeiro a julho de 2011, este já se destacava na RMS com uma taxa de homicídios de 99,42 homicídios por 100 mil habitantes, comparando-se com a de Salvador no mesmo período que era de 57,37, nas mesmas condições, como se pode ver na Figura 14.

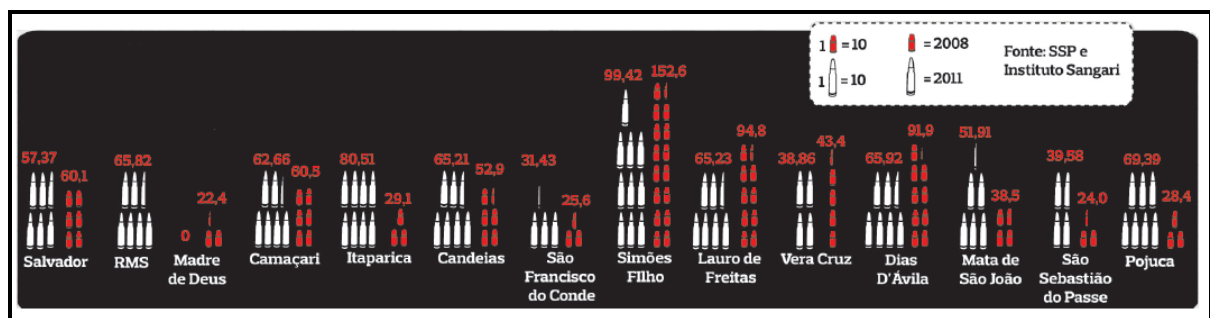


Figura 14 – Gráfico de homicídios por cidade da RMS, jan./jul, 2011.

Fonte: Correio da Bahia (2011).

As últimas pesquisas de Waiselfisz (2013) revelaram que essa tendência vem se repetindo desde 2009, de modo que, ao final de 2012 apurou-se que. “pelo terceiro ano consecutivo, Simões Filho, [...] é a primeira no ranking das cidades mais violentas do país” (G1BA, 2013, p. 1). O Mapa da Violência 2013 mostrou que, entre os quatro municípios que superaram a “marca de 100 óbitos por arma de fogo em

cada 100 mil habitantes”, dois pertencem à Bahia, sendo eles Simões Filho e Lauro de Freitas (WASELFISZ, 2013, p. 29).

Esses dados comprovam que, de fato, como disse Waiselfisz (2013), observa-se a interiorização da violência, ou seja, a disseminação da violência dos grandes centros urbanos para o interior. De acordo com este autor, os municípios menores são polos de crescimento econômicos e, associado ao desenvolvimento, ocorre o crescimento da violência.

Na sequência, a falta de estrutura para enfrentar o problema de forma ostensiva, aliada aos fatores ambientais que transformam certas áreas em locais propícios ao cometimento de crimes, permitem a configuração de quadros como o que hoje se repete há anos na cidade de Simões Filho, sobre a qual trata o próximo capítulo.

4 O MEIO AMBIENTE E A CRIMINALIDADE NA CIDADE DE SIMÕES FILHO-BA

Neste capítulo descreve-se a cidade de Simões Filho-BA, informando sua localização na região Nordeste do Brasil e principais características, analisando dados estatísticos de segurança pública deste município e das cidades circunvizinhas, a fim de levantar as características dos ambientes nos quais a criminalidade é mais presente.

4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO

Simões Filho é um município do Estado da Bahia, com área estimada pelo IBGE (2013) de 201.233 km². De acordo com o censo de 2010, possui uma população de 118.047 habitantes (IBGE, 2010) e integra a Região Metropolitana de Salvador (RMS), ficando a 24 quilômetros da capital baiana (Figura 15).

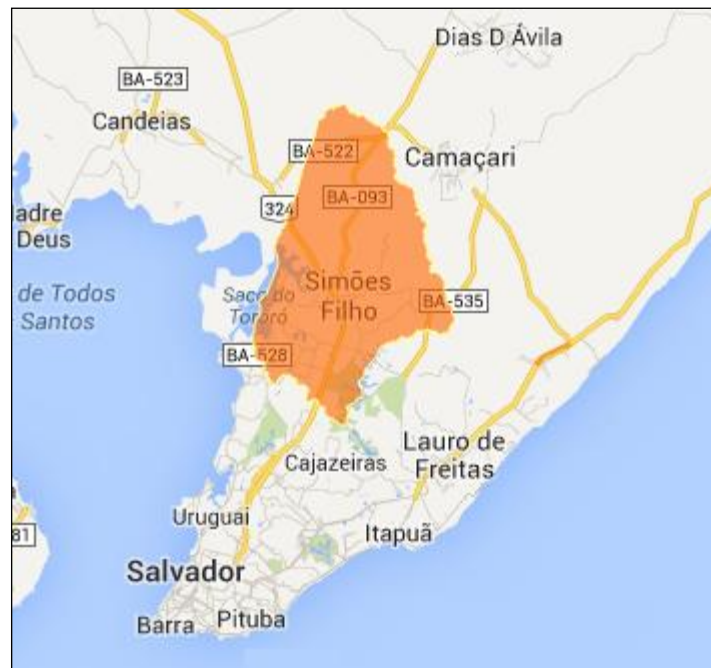


Figura 15 – Localização do município de Simões Filho.

Fonte: IBGE (2013).

De acordo com a Câmara Municipal de Salvador (2013, p. 1), “o município foi criado com a emancipação de Salvador do distrito de Água Comprida, com sua

denominação atual, em 7 de novembro de 1961, pela Lei nº 1.538/61”, dada em homenagem ao jornalista e político Ernesto Simões Filho, fundador do jornal A Tarde.

“O lugar era originalmente parte da área do Recôncavo onde, desde o século XVII, se instalaram os engenhos produtores da cana-de-açúcar” e desde sua integração à RMS em 1973, por lei federal, vem recebendo a instalação de diversas indústrias, podendo-se considerar como importantes marcos no contexto econômico da região o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) (ENCONTRA SIMÕES FILHO, 2013, p. 1). Um dos acessos ao município se dá pela estrada CIA/Aeroporto, como ilustra a Figura 16:



Figura 16 - Acesso ao município de Simões Filho pela estrada CIA/Aeroporto.

Fonte: PMBA (2012).

Como microrregião, tem 18 outras cidades com as quais concentra suas atividades, em virtude da sua privilegiada localização. Hoje, Simões Filho é passagem obrigatória para as principais rotas que dão acesso a: Salvador/Centro (25 km); Aeroporto Luis Eduardo Magalhães (17 km); Complexo Industrial de Camaçari (20 km); Porto de Salvador (25 km) e Porto de Aratu (18 km) (PMBA, 2012).

Seu traçado envolve as rodovias: BR 324 (Entrada de Salvador – Feira de Santana); BR 101 (Ligação Sul, Sudeste e Norte do País); BA 093 (Acesso Complexo Ind. de Camaçari); BA 526 (Acesso ao Aeroporto); BA 528 (Acesso Porto Moinho Dias Branco); e, BA 522 (Acesso ao Porto de Aratu e Candeias).

A estrutura geológica é composta de arenitos e depósitos fluviais e costeiros com mangue, dunas, cordões litorâneos; sua hidrografia é

composta de rios e represas como o Córrego Canta Galo, Córrego Muriqueira, Rio Joanes, Rio Ipitanga, e uma vegetação de cerrado-restinga (RAMALHO NETO, 2012, p. 7).

De acordo com sua divisão política atual (Figura 17), Simões Filho fica circundado pelos municípios de Candeias, Dias D'Ávila, Camaçari e Lauro de Freitas, além de fazer divisa com a Capital do Estado, Salvador.

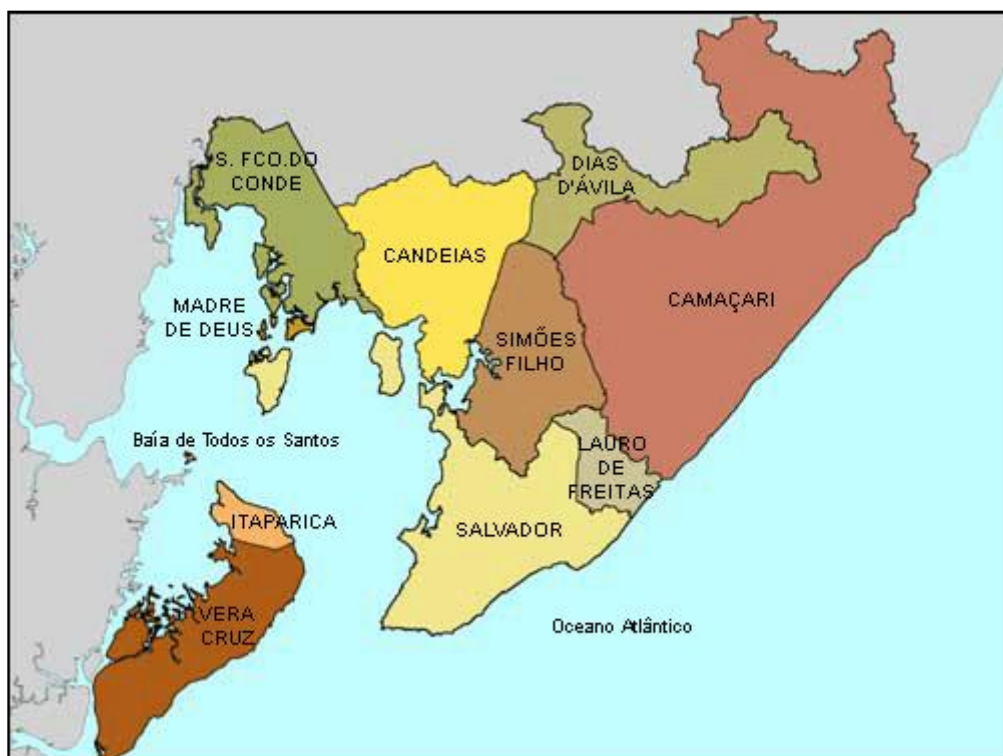


Figura 17 - Divisão Político-administrativa da RMS.
Fonte: Conder (2013).

A rede bancária local compreende hoje 10 agências dentre elas: Bradesco, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica, Banco Itaú, duas casas lotéricas e vários correspondentes bancários.

Possui um sistema de transporte Urbano e alternativo que inclui: Micro-ônibus, taxi comum, especiais e de cooperativas, moto táxi além de um transporte regular com saídas de 10 em 10 minutos com destino aos principais bairros de Salvador. No que diz respeito à demanda de comunicação, o município é muito bem assistido pelos principais veículos como: Rádios, Jornais, Telefonia Fixa e Móvel, Internet, entre outros.

Todavia, de acordo com a Fundação Terra Mirim (2005 apud SANTOS, 2011, p. 72), “apesar dos índices positivos influenciados pela renda gerada em função do

CIA e do COPEC”, o município em estudo “apresenta crescimento urbano desordenado, limitações de oferta de serviços e de infraestrutura” e “os loteamentos clandestinos crescem assustadoramente”.

Desse modo, sua localização e arquitetura (Figura 18), associadas à desocupação desordenada do solo fizeram com que o município de Simões Filho passasse a enfrentar os problemas decorrentes desse fato, entre os quais o aumento da criminalidade.



Figura 18 – Arquitetura da cidade de Simões Filho.

Fonte: Madeiro et al (2012).

A Figura 18 mostra um grande número de construções irregulares em áreas invadidas, muito próximas ao centro da cidade. Também se pode perceber que predominam as construções horizontais.

4.2 ASPECTOS AMBIENTAIS DE SIMÕES FILHO LIGADOS À SEGURANÇA PÚBLICA

O município conta com um efetivo de 120 policiais militares e 42 policiais civis. Considerando-se uma população de 118.047 habitantes, pode-se perceber que a proporção de policiais por habitante é absurdamente inferior à estimada pela ONU, que seria de um policial para cada 200 habitantes.

A administração municipal vem tomando medidas no sentido de conter a violência, entre as quais a implantação da Central de Videomonitoramento, que conta hoje com 25 câmeras instaladas e a implantação da Guarda Municipal (PORTAL RECÔNCAVO, 2013). Mas tais medidas ainda não se mostram suficientes para o fim ao qual se propõem. Como observa Sotero (2011, p. 1):

O número reduzido de policiais e a geografia da região também colaboraram para construir o cenário de violência. Com mais de 20 bairros e localidades e um tráfico cada vez mais pulverizado, o município, que fica a 22 quilômetros de Salvador, tem atraído cada vez mais criminosos.

A Figura 19 mostra a significativa presença de Mata Atlântica e espacialidade entre bairros, revelando uma zona urbana ainda não consolidada onde é possível o trânsito de criminosos, além das ações típicas de grupos de extermínios.

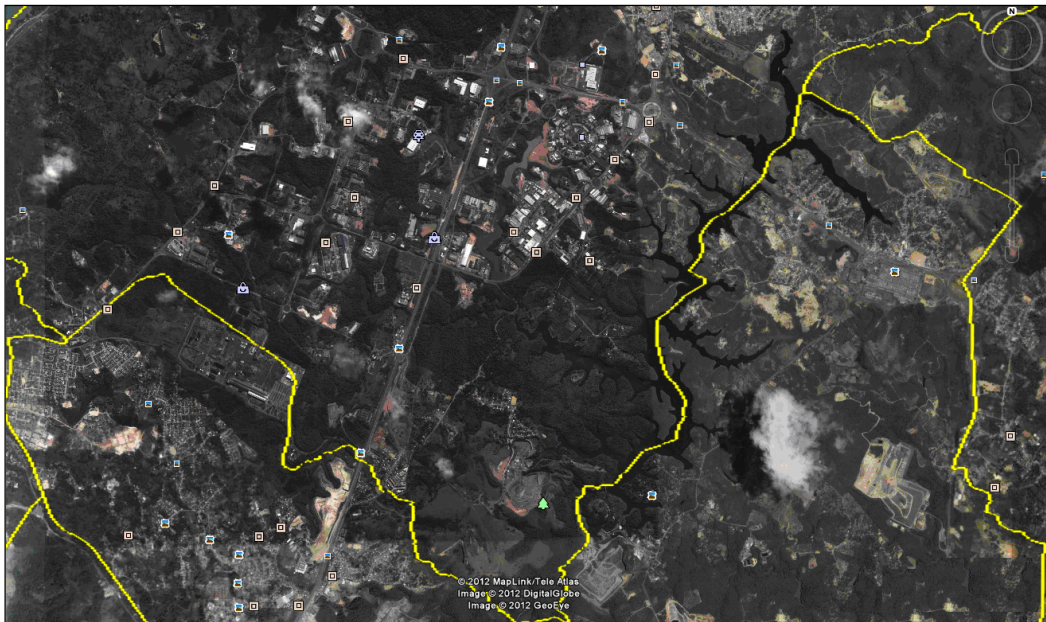


Figura 19 – Imagem de satélite do município de Simões Filho-BA.

Fonte: Ramalho Neto (2012).

De acordo com Ramalho Neto (2012), informações do Conselho de Segurança local indicam que, entre o ano de 2007 e 2011, foram retirados da área denominada de CIA, 608 veículos incendiados, muitos com marcas de disparos de armas de fogo, com corpos em seus interiores carbonizados; outro aspecto preocupante da região são as atividades de prostituição decorrentes da presença de profissionais de transporte de carga, que resultam em agressões físicas e tráfico de drogas.

Ademais, sendo um município que liga a capital da Bahia aos municípios da região metropolitana e do interior, Simões Filho (Figura 20), muitas vezes, se torna via de fuga para criminosos, além de favorecer o transporte de mercadorias ilícitas e produtos de crime, seja através da BR-324 ou por dentro da cidade. Suas áreas rurais isoladas proporcionam abrigo para muitos marginais que fogem de suas áreas de atuação.



Figura 20 – Vista panorâmica do município de Simões Filho-BA.

Fonte: Madeiro et al (2012).

Vale ressaltar que as estatísticas referentes à criminalidade nas cidades circunvizinhas tais como: Candeias, Dias D'Ávila, Camaçari e Lauro de Freitas também indicam índices altos, sejam eles respectivamente 8,6%, 6,11%, 23,67%, 30,71%, dos delitos cometidos entre janeiro e dezembro de 2012 na RMS.

De acordo com a Polícia Militar da Bahia (PMBA, 2012), as áreas do município consideradas de risco são: CIA (área industrial), Mapele, Santo Antônio do Rio das Pedras, Jardim Renatão, Parque Continental, Invasão da Quadra 6, Quadra 5, Simões Filho I, Km 25 da BA 093, CIA I, Cristo Rei, Estrada de Candeias, Ponto Parada e Coroa da Lagoa.

No que diz respeito à naturalidade das vítimas de homicídio encontradas em Simões Filho, em 2010, 64,8% dos indivíduos eram de Salvador; 6,8% eram de Simões Filho, 2,7% eram de Feira de Santana e 25,7% estão distribuídas como naturais de Ipiau, Serrinha, Juazeiro, Itabuna, Santonópolis, além de vítimas de outros Estados como Santa Catarina e São Paulo (RAMALHO NETO, 2012).

Com base na mesma fonte, em 2011 foram encontrados corpos de pessoas naturais de: Salvador (51%), Simões Filho (19%), Itaquara-Ba (3,7%), e outros municípios como Amélia Rodrigues, Antas, Juazeiro, Nova Canaã, São Sebastião do Passé, Santa Inês, Santo Amaro e outros naturais de outros Estados como Vitória-ES, Recife-PE e Estância-SE (26,3%).

Continuando com os dados relativos à naturalidade das vítimas, no ano de 2012 verificou-se que 40% eram de Salvador, 13% eram de Simões Filho, 13% eram de Lauro de Freitas, 7% tinham naturalidade ignorada e 27% eram de municípios como Camaçari, Paulo Afonso, Teolândia e Valença.

Quanto há presença de vários indivíduos oriundos de Salvador e outros municípios além da questão das execuções (o extermínio), Ramalho Neto (2012) ainda comenta que as características das fronteiras dos municípios e a presença de mata atlântica, lagoas e perímetros de vias de pouca circulação criam uma grande oportunidade de tais práticas ilegais para grupos para-militares e até mesmo traficantes ou indivíduos atuando nos crimes de mando.

Sotero (2011) corrobora essa afirmação quando diz que a disputa dos traficantes por bocas de fumo e os vários pontos mal iluminados (Figura 21), utilizados para desova na área do Complexo Industrial de Aratu (CIA) são elementos de peso para que Simões Filho tenha se tornado conhecido como o município brasileiro com o maior índice de mortes violentas.



Figura 21 – Estrada mal iluminada na zona industrial do CIA.

Fonte: Madeiro et al (2012).

Em 2011, conforme relata Sotero (2011), 49% dos homicídios registrados tiveram relação com o tráfico, 16% decorreram de vingança, 11% foram motivados

por desentendimentos e 5% por ciúmes. Neste período, os pontos considerados pela polícia como mais perigosos foram os bairros: CIA I, Ponto Parada, Jardim Renatão, Cristo Rei e Coroa da Lagoa.

A Figura 22 ilustra locais no município que, além de mal iluminados, são de difícil acesso e em operações policiais o acesso só é possível a pé (SOTERO, 2011). Trata-se de uma grande zona rural, na qual, segundo este autor, existem diversas trilhas que desembocam em Dias D'Ávila, Camaçari e Lauro de Freitas.



Figura 22 – Bairro na periferia de Simões Filho, imediações da BA 093.

Fonte: Madeiro et al (2012).

O quadro atual da violência em Simões Filho tem se agravado em virtude de alguns fatores, entre os quais vale a pena mencionar: a implantação das Bases Comunitárias de Segurança em Fazenda Coutos, que levou parte da marginalidade daquela região a migrar para o município em estudo através da Ilha de São João; a implantação da BCS/Itinga, que também levou a marginalidade daquela região a migrar para o município, face a sua proximidade com a capital e a localização estratégica na RMS, aliado aos diversos acessos que a cidade possui; a existência de diversos locais isolados, principalmente na área do CIA (Figura 23) (PMBA, 2012).



Figura 23 – Santo Antonio do Rio das Pedras, estrada de barro atrás da área da Embasa.

Fonte: Fotografia do autor (2013).

Sotero (2011) também evidencia que Simões Filho sofre as consequências de ser uma região que abarca uma extensa área rural, sem iluminação e desabitada. Desse modo, muitas pessoas são mortas em outras cidades, como Salvador, por exemplo, e tem o corpo jogado, entre outros locais, na Via Ipitanga, ilustrada pela Figura 24.

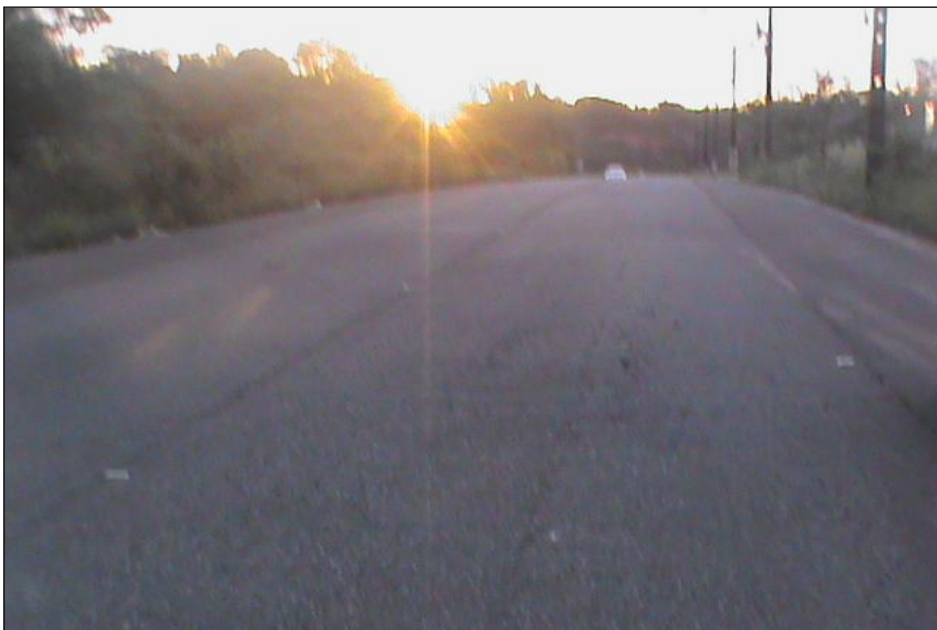


Figura 24 – Via Ipitanga, CIA.

Fonte: Fotografia do autor (2013).

Segundo informações da Polícia Civil de Simões Filho, a maior parte dos homicídios contabilizados nos meses de março e abril de 2013 ocorreu na área urbana da cidade, em bairros próximos ao centro, tais como o Cia 2, a comunidade conhecida como Portelinha, na Rua Jacuipe, e o Cristo Rei. Em alguns casos, as vítimas foram alvejadas por armas de fogo em frente as suas casas, sem que se descubra a autoria nem motivação dos crimes, que continuam sendo investigados pela delegacia local.

Diante de todo o exposto, as autoridades municipais, junto aos responsáveis pela segurança pública, estão buscando realizar o mapeamento dos crimes a fim de que se possa trabalhar no sentido da prevenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se este trabalho com o objetivo de avaliar de que forma o meio ambiente influencia na criminalidade em Simões Filho-BA. Nesse intento, inicialmente buscou-se estudar a utilização da análise criminal e da criminologia ambiental no processo de mapeamento criminal, entendendo-se que em ambas as áreas o mapeamento criminal é utilizado para conhecer não somente o evento crime, mas também seus padrões, as condições anômalas na segurança pública, o criminoso, seu ambiente e formas de ação, entre outros.

Evidenciou-se a importância do mapeamento criminal na medida em que, as informações digitalizadas, mostradas nos diversos tipos de mapas, são mais facilmente visualizadas e compreendidas permitindo planejar e tomar decisões mais rápidas e com maior possibilidade de acerto, em virtude da flexibilidade proporcionada por estas ferramentas.

Verificou-se, então, a relação entre a análise criminal e criminologia ambiental, com uso do geoprocessamento, observando-se que a utilização do GIS permite a atualização frequente dos mapas de modo a torná-los ferramentas cada vez mais indispensáveis aos planejamentos. Também se mencionou que um mesmo mapa pode combinar dados de outros mapas a fim de aumentar o número de informações visualizadas.

Desse modo, o GIS tanto auxilia a análise criminal, mostrando onde os crimes sucedem, como auxilia a criminologia ambiental, ajudando a entender os motivos que estão levando à ocorrência daquele crime, ao identificar o local onde ele costuma acontecer. Em outras palavras, o uso de informações geográficas (mapas) associado aos sistemas de informações, facilita a análise dos fatores ligados à criminalidade em uma região específica.

Mencionou-se o uso do GPS como importante instrumento que permite aos policiais chegarem com mais rapidez ao ponto estratégico indicado pelo geoprocessamento para ser policiado.

Após explicar a utilização do geoprocessamento como ferramenta na segurança pública no Brasil e na Bahia, evidenciou-se que esta ainda é muito incipiente, não obstante todas as vantagens que apresenta.

Essa realidade é algo que deve ser mudado, haja vista que os policiais que atuam nas ruas necessitam dos dados mais atuais e abrangentes sobre as áreas que patrulham. Esses dados devem ser acessíveis e facilmente compreendidos.

Isso já ocorre, como foi visto, em países como os Estados Unidos, onde são frequentes os estudos que visam compreender o crime em todas as suas nuances. Reafirma-se a crença em que isso é possível ocorrer também no Brasil, iniciando-se pelo compartilhamento irrestrito das informações.

Vistos esses aspectos, buscou-se relacionar as contribuições da criminologia ambiental para melhor efetivação das políticas de segurança pública, constatando-se que por meio desta ciência obtém-se o tipo de informação mais útil, a qual enfoca o histórico recente da região, com ênfase nas mudanças. Por conseguinte, tem-se um policiamento eficaz que enfatiza padrões, ao tempo em que o mapeamento e a compreensão da mudança constituem a chave para o entendimento destes padrões. Ou seja, a informação mais básica mostra o que aconteceu e onde.

A realização de um estudo na cidade de Simões Filho-BA, que incluiu a análise de dados estatísticos desta cidade e das circunvizinhas, permitiu verificar que apesar dos altos índices de violência nas cidades que fazem limite com o município, este ainda tem os índices mais elevados de crimes de um modo geral e de homicídios, especificamente.

O levantamento das características dos ambientes nos quais a criminalidade é mais presente permitiu constatar que: diversos bairros onde não é possível o acesso de viaturas; a proximidade de mangues, dunas, rios e represas; as extensas áreas de mata atlântica, desabitadas e sem iluminação, além de trilhas e estradas também desabitadas, mal iluminadas e sem policiamento, forma um quadro que muito favorece a criminalidade.

Associando-se aos fatores ambientais mencionados, o fato de se tratar de um município que liga a capital da Bahia a outros da RMS e do interior, este frequentemente serve de via de fuga para criminosos, ou abriga em suas áreas rurais isoladas muitos marginais fugidos de suas áreas de atuação. Ressalte-se que a proliferação do tráfico de drogas e as constantes brigas pelas bocas de fumo contribuem sobremaneira para o aumento do número de homicídios na região estudada.

Todo o exposto permite responder ao problema de pesquisa: como o meio ambiente influencia na criminalidade em Simões Filho-BA? A geografia, a

arquitetura, a distribuição espacial dos habitantes, dentre outros fatores aqui mencionados, contribuem para que o crime ocorra com frequência nesta cidade, onde, além dos inúmeros crimes que vitimizam moradores locais, muitas pessoas de outros locais ou são ali executadas, ou tem seus corpos trazidos ali para serem desovados.

Sendo assim, pode-se confirmar as duas hipóteses aventadas inicialmente de que o meio ambiente é determinante para a ocorrência do crime, pois: locais com pouca habitação contribuem para a ocorrência de crimes letais de difícil determinação de autoria; e, locais desertos e de difícil acesso, como matagais, lagoas, ribanceiras, próximos a estabelecimentos abandonados, são propícios para "desova" de cadáveres.

Resta dizer que a compreensão e o possível controle (seja pela prevenção, seja pela repressão) dos fenômenos do crime e da violência, baseados em conceitos com gênese tanto na Geografia Regional (visualizados com a utilização dos GIS), quanto explicados pela Sociologia do Crime, bem como das novas soluções da Tecnologia da Informação, podem favorecer a atividade-fim policial.

Acredita-se que as informações propiciadas pela análise criminal, associadas às que são oferecidas pela criminologia ambiental, podem ajudar a fazer o diagnóstico real e mensurar os fenômenos que contribuem para o crescimento e a permanência dos indicadores de violência e criminalidade em Simões Filho.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Brasília sedia simpósio internacional sobre criminologia.** 06/07/2009. Disponível em <<http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=273323>>. Acesso em 20 mai. 2013.
- ALVES, Sérgio. A matemática do GPS. Artigo de periódico. **Revista do Professor de Matemática.** Poços de Caldas, MG: Sociedade Brasileira de Matemática. 2006.
- ARCHELA, Rosely Sampaio; THÉRY, Hervé. **Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos.** Março de 2008. Disponível em <<http://confins.revues.org/3483?&id=3483>>. Acesso em 21 mai. 2013.
- BASTOS NETO, Osvaldo. **Introdução à segurança pública como segurança social: uma hermenêutica do crime.** Salvador: LER, 2006.
- BLACHE, Vidal de La. **Princípios de geografia humana.** 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.
- BORNHOFEN, Paulo Roberto; TENFEN, Emerson. Mapeamento criminal por meio da plataforma Google Maps. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 3, n. 5. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ago/set. 2009, p. 82-98.
- BRUNHES, Jean. **Geografia Humana.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Ouvidoria é modelo para Simões Filho.** 30/07/2013. Disponível em: <http://www.cms.ba.gov.br/noticia_int.aspx?id=6249>. Acesso em 13 ago. 2013.
- CHAINEDY, Spencer; TOMPSON, Lisa. **Crime mapping case studies: practice and research.** England: John Wiley & Sons Ltd, 2008.
- CLARKE, Ronald V.; ECK, John E. **Crime Analysis for Problem Solvers In 60 Small Steps.** Center for Problem-Oriented Policing, 2003. Disponível em: <<http://www.cops.usdoj.gov/pdf/CrimeAnalysis60Steps.pdf>>. Acesso em 29 mai. 2013.
- CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Divisão Político-administrativa da Região Metropolitana de Salvador.** Figura 17. Disponível em: <http://www.informs.conder.ba.gov.br/produtos/amostras/municip_rms.htm>. Acesso em 10 ago. 2013.
- CORREIO DA BAHIA. Caderno Mais. **Estatísticas dos homicídios na Bahia.** Salvador: 11 de julho de 2011.

DANTAS, George Felipe de Lima. **Algumas Considerações Básicas acerca da Moderna Análise Criminal**. Disponível em <<http://www.fenapef.org.br>>. Acesso em 18 mai. 2013.

_____. **Novos rumos da inteligência policial**. Disponível em <<http://www.peritocriminal.com.br/novosrumos.htm>>. Acesso em 08 mai. 2013a.

DANTAS, George Felipe de Lima; PERSIJN, A.; SILVA JÚNIOR, A. P. **O Medo do Crime**. Dezembro de 2006. Disponível em: <[http://www.observatorioseguranca.org/pdf/01%20\(60\).pdf](http://www.observatorioseguranca.org/pdf/01%20(60).pdf)>. Acesso em 22 mai. 2013.

DANTAS, George Felipe de Lima; SOUZA, Nelson Gonçalves de. **As bases introdutórias da análise criminal na inteligência policial**. 16/02/2007. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/ceig/?screen=article&aid=46>>. Acesso em 09 mai. 2013.

ENCONTRE SIMÕES FILHO. **Sobre Simões Filho**. Disponível em: <<http://www.encontrasimoesfilho.com.br/simoes-filho-ba/>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

FERNANDES, Newton; FERNANDES Valter. **Criminologia Integrada**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FREITAS, Carlos Eduardo da Rocha; VIEIRA, Valdira de Caldas Brito. **Uso do geoprocessamento para auxiliar a segurança pública no mapeamento da criminalidade em Teresina-PI**. II Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica João Pessoa - PB – 2007. Disponível em: <http://www.redenet.edu.br/publicacoes/arquivos/20080922_104353_GEOM-017.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2013.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e gestão da informação na segurança pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

G1BA. **Pelo 3º ano, Simões Filho é a cidade mais violenta do país, aponta estudo**. 18/07/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/07/pelo-3-ano-simoes-filho-e-cidade-mais-violenta-do-pais-aponta-estudo.html>>. Acesso em 12 ago. 2013.

GODOY, Marcelo. **PM aposta em viaturas hi-tech**. 30/08/2010. Disponível em <<http://blogs.estadao.com.br/jt-cidades/pm-aposta-em-viaturas-hi-tech/>>. Acesso em: 03 mai. 2013.

GOMES, Luiz Flávio. **Homicídios no Brasil têm naturalidade, idade, cor e sexo**. 11/03/2011. Disponível em <<http://www.parana-online.com.br/colunistas/343/84286/>>. Acesso em 05 ago. 2013.

HARRIES, Keith. **Mapping Crime: principle and practice**. Washington, DC, US Department of Justice, Office of Justice Programs, 1999. Disponível em: <<http://www.ncjrs.org/html/nij/mapping/>> Acesso em: 21 mai. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm>. Acesso em: 03 ago. 2013.

_____. **Cidades**. Infográficos. Bahia. Simões Filho. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=293070>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

INFOSEG. **Inteligência policial e análise criminal, aplicadas ao roubo de cargas**. Disponível em: <<http://www.infoseg.gov.br/infoseg/arquivos/a-inteligencia-policial-como-ferramenta-de-analise-do-fenomeno-roubo-de-cargas-no-brasil>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

INSTITUTO DE METEOROLOGIA DE PORTUGAL. **A formação do Vince**. Outubro de 2005. Disponível em <http://www.meteo.pt/pt/areaeducativa/estudos_casos/vince/index.html?page=formacao.xml>. Acesso em: 02 mai. 2013.

LEMGRUBER, Julita. **Maus dados**. 04/06/2001. Disponível em <http://www.ucamcesec.com.br/old/md_art_texto.php?cod_proj=27>. Acesso em: 29 abr. 2013.

LIZ, Adriano Machado de. **Sistema de Informação Geográfica (SIG)**. 14/04/2010. Disponível em <<http://acgesp.blogspot.com/2010/04/sistema-de-informacao-geografica-sig.html>>. Acesso em: 01 mai. 2013.

MADEIRO, Carlos. **Na contramão do resto do país, taxa de homicídios no Nordeste cresce 57% em cinco anos**. 27/02/2011. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/02/27/com-onda-de-violencia-nordeste-ja-lidera-rankings-de-homicidios-do-pais.jhtm>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

MADEIRO, Carlos et al. **Simões Filho (BA)**: Cidade questiona fama de "capital da morte", mas tem violência como mote eleitoral. Eleições 2012. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2012/uol-pelo-brasil/2012/08/30/lider-em-assassinatos-no-pais-simoes-filho-ba-questiona-fama-de-capital-da-morte-mas-tem-violencia-como-mote-eleitoral.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

MAGALHÃES, Luiz Carlos. **A inteligência policial como ferramenta de Análise do Fenômeno: Roubo de cargas no Brasil**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 50, fev 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4416&revista_caderno=3>. Acesso em 27 mai. 2013.

MALCZEWSKI, Jacek; POETZ, Anneliese; IANNUZZI, Luigi. Spatial Analysis of Residential Burglaries in London, Ontário. **The Great Lakes Geographer**, v. 11, n. 1, 2004, p. 15-27.

MARTINELLI, M. **Mapas e gráficos: construa-os você mesmo**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

MARTINS, Edison Antonio de Carli. **Os mecanismos científicos de análise criminal em apoio ao planejamento e execução das ações de policiamento ostensivo**. Monografia (Especialização em Gestão em Segurança Pública). 126f. Cuiabá-MT: Universidade Federal do Mato Grosso/Academia de Polícia Militar Costa Verde, 2006.

MARTINS, L. **Friedrich Ratzel através de um prisma**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

MEDEIROS, Sandro Luís. **Geoprocessamento**. Material didático. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

MORAES, Bismael Batista de. **Análise Criminal e Prevenção: Um caminho necessário**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão, 2007.

PINHEIRO, Aline. **Análise Criminal – CTSP/2006 – 11º BPM**. Revista Consultor Jurídico, 5/11/2008. Disponível em: <<http://analistacriminal.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2013.

PMBA. Polícia Militar da Bahia. **Levantamento de informações sobre o município de Simões Filho para fins de interiorização do Pacto pela Vida**. Polícia Militar da Bahia. Comando de Operações Policiais Militares. Comando de Policiamento da RMS. 22ª CIPM – Simões Filho, 2012.

PORTAL RECÔNCAVO. Simões Filho rebate índices do “Mapa da Violência”. Disponível em: <<http://www.portalcandeias.com/content.php?idC=2404&tipo=Not%EDcias>>. Acesso em 12 ago. 2013.

ROSETTE, Adeline; SILVA, Thiago Façanha. **Geoprocessamento em Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro**. 08/08/2003. Disponível em <http://www.geocart.igeo.ufrj.br/pdf/trabalhos/2003/Seguranca_Publica_2003.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2013.

RAMALHO NETO, Jaime Pinto. **Relatório Diagnóstico da Vitimização em Simões Filho**. 21/08/2012. Salvador: SSPBA/SPREV, 2012.

ROSSMO, Kim. **Geographic Profiling**. Boca Raton, FL: CRC Press, 2000.

SILVA FILHO, José Vicente da. **Local** - o terceiro fator do controle criminal. Artigo. 31/10/2008. Disponível em: <<http://www.coroneljosevicente.com.br/pesquisas/local.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

SOTERO, Anderson. **Campeã de homicídios no país, Simões Filho sofre com violência**. 16/12/2011. Disponível em: <<http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/campea-de-homicidios-no-pais-simoes-filho-sofre-com-violencia/>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SUPERBI, Daniel; SOUSA, Rafael. Saiba como o poder das Geotecnologias ajudam você a planejar e decidir espacialmente. **Revista Negócios – Minas Gerais**, Ano 14, n. 86, 2010. Disponível em: <<http://geoeasy.com.br/blog/?p=817>>. Acesso em: 01 mai. 2013.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2010**: Anatomia dos homicídios no Brasil. Disponível em <<http://www.sangari.com/midias/pdfs/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em 04 ago. 2013.

_____. **Mapa da Violência 2013**: Mortes matadas por armas de fogo. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Flacso Brasil. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2013.

WEISBURD, David; MCEWEN, Tom. Crime Mapping & Crime Prevention. In: **Crime Prevention Studies**. V. 8. New York: Criminal Justice Press, 1998.

WORTLEY, Richard; MAZEROLLE, Lorraine. **Environmental Criminology and Crime Analysis**. Portland, OR: Willan, 2008.